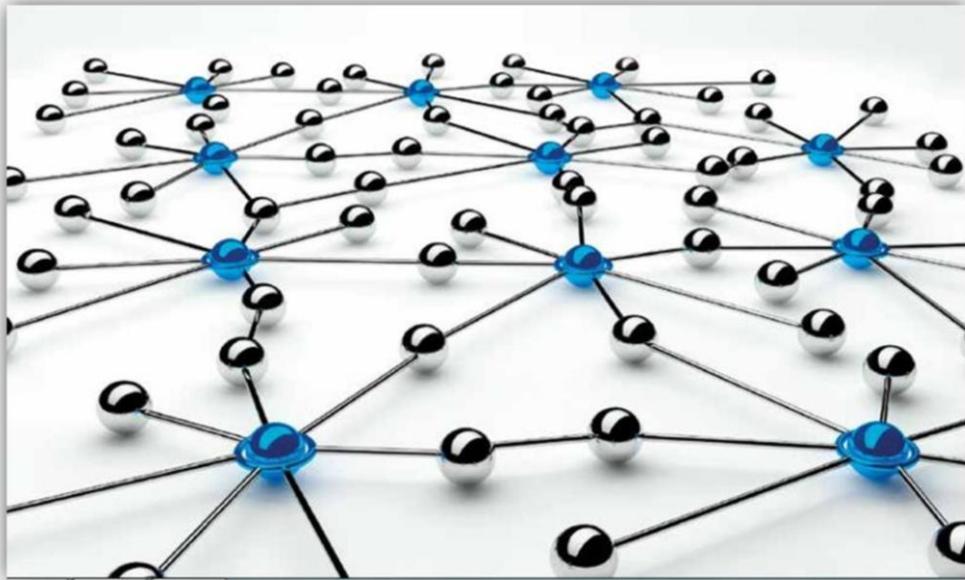


OFICINA 3 – TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Guia do Participante

ESPÍRITO SANTO/ES
2017

SUMÁRIO

- 1 Apresentação
- 2 Objetivos de aprendizagem
- 3 Desenvolvimento
- 4 Programação
- 5 Roteiro de atividades
- 6 Orientações para o período de dispersão
- 7 Avaliação
- Anexos

OFICINA 3 – TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

1 APRESENTAÇÃO

A identificação de fatores de risco e de proteção à saúde, existentes na estrutura e na dinâmica que compõem o território em que vive a população adscrita, é uma das tarefas fundamentais do processo de trabalho das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS). Trata-se de conhecimento essencial para o planejamento e execução de ações articuladas de proteção, promoção e recuperação da saúde, bem como previne riscos, agravos e reduz vulnerabilidades, intervindo positivamente sobre os determinantes e condicionantes da saúde.

Embora a APS seja um espaço privilegiado para o exercício das práticas de vigilância em saúde, grande parte dos municípios ainda centraliza essas ações, o que reduz o efetivo controle das doenças, infringindo o princípio da integralidade da atenção.

As ações de Vigilância em Saúde (VS) devem estar inseridas no cotidiano das equipes de APS, com atribuições e responsabilidades definidas em território único de atuação, integrando os processos de trabalho, bem como o planejamento, a programação, o monitoramento e a avaliação.

Diante dos velhos e novos desafios da agenda da saúde pública brasileira, a exemplo das doenças veiculadas pelo mosquito *Aedes aegypti* – Dengue, Chikungunya e Zika, a integração das ações da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde é primordial.

Na oficina 3 serão abordados os conceitos de território e vigilância em saúde, bem como o processo de territorialização e adscrição dos usuários às Unidades Básicas de Saúde (UBS), enquanto estratégia de organização da atenção e como elemento fundamental para a atuação conjunta da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde.

Nesse sentido, a Oficina traz como grande desafio contribuir para o desenvolvimento da “capacidade de fortalecer a concepção do território como elemento estruturante para análise e planejamento estratégico local das ações integradas da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde”.

2 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Para o alcance da competência proposta, serão desencadeadas algumas etapas do processo de aprendizagem, representadas pelos seguintes objetivos:

2.1 Objetivo geral:

Identificar estratégias de integração das ações de Atenção Primária à Saúde e de Vigilância em Saúde, no território.

2.2 Objetivos específicos:

- Compreender o conceito de território e o processo de territorialização, bem como sua aplicabilidade no planejamento em saúde.
- Compreender os conceitos de risco e vulnerabilidade nos territórios adscritos às equipes de Atenção Primária à Saúde.
- Discutir ferramentas de análise situacional para a organização, planejamento, monitoramento e avaliação das ações.
- Discutir as relações entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde com foco no território.

3 DESENVOLVIMENTO

O processo de formação será integrado, articulado e em estreita relação com a realidade local, por meio de abordagem educacional mais participativa e colaborativa, valorizando a integração ensino-serviço. Desta forma, os métodos de ensino-aprendizagem utilizados objetivam a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidos pelos participantes, a partir de um conjunto de estratégias educacionais, que resultará na apresentação de produtos concretos.

Assim, a oficina 3 está estruturada de forma a trabalhar com algumas estratégias para estimular a participação ativa de todos no processo de construção coletiva do conhecimento. São propostos alguns trabalhos em grupos, seguidos de compartilhamento dos produtos e exposições para sistematização das informações trabalhadas.

É recomendado material bibliográfico adicional, para leitura e aprofundamento das temáticas e complementação dos objetivos propostos na oficina.

4 PROGRAMAÇÃO

A programação da oficina está organizada em turnos com carga horária de 4 horas/aula, durante os quais serão realizadas atividades conforme os objetivos de aprendizagem já apresentados. O tempo estimado para cada atividade é apenas uma proposta. Poderá ser readequado de acordo com o ritmo de trabalho do grupo.

MANHÃ	
HORÁRIO	ATIVIDADES PROGRAMADAS
8h – 8h30min	Inscrição e entrega de material
8h30min – 9h	Acolhimento e abertura da Oficina
9h – 10h	Atividade 1 – Plenário: <i>Dispersão da Oficina de Atenção Primária à Saúde</i>
10h – 10h15min	Atividade 2 - <i>Exposição dialogada: A Oficina de Território e Vigilância em Saúde</i>
10h15min – 10h30min	Café com prosa (deslocamento para os grupos)
10h30min – 12h	Atividade 3 – <i>Trabalho em grupo com plenário externo: Por que integrar as ações de Atenção Primária e de Vigilância em Saúde nos territórios?</i> TEXTOS E ESTUDO DE CASO 1 E 2
12h – 12h30min	Atividade 4 – <i>Plenário do trabalho em grupo: Por que integrar as ações de Atenção Primária e de Vigilância em Saúde no território?</i> TEXTOS E ESTUDO DE CASO 1 E 2
12h30min – 13h30min	Intervalo para almoço
TARDE	
HORÁRIO	ATIVIDADES PROGRAMADAS
13h30min – 13h45min	<i>Dinâmica de aquecimento nos grupos</i>
13h45min – 15h30min	Atividade 5 - <i>Trabalho em grupo com plenário interno: Analisando as ações da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde no território</i>
15h30min – 15h45min	Café com prosa (deslocamento para o plenário)

15h45min – 16h30min	Atividade 6 – <i>Exposição dialogada: A integração das ações da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde no território</i>
16h30min – 17h	Orientações para o período de dispersão
17h - 17h30min	Avaliação da oficina
17h30min	Encerramento

5 ROTEIRO DE ATIVIDADES

MANHÃ

ATIVIDADE 1 – PLENÁRIO: DISPERSÃO DA OFICINA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE



1 hora

DESCRIÇÃO:

1. A Oficina de Atenção Primária à Saúde tinha como grande desafio contribuir para o desenvolvimento da “capacidade de analisar a Atenção Primária à Saúde do ponto de vista do acesso”. Para tanto, foram propostos os seguintes produtos a serem realizados no período de dispersão:

- **Análise dos fundamentos da Atenção Primária à Saúde, em cada Unidade Básica de Saúde do município;**
- **Análise do acesso em cada Unidade Básica de Saúde do município, utilizando o instrumento proposto no guia de estudo.**

2. Nessa atividade, os participantes socializarão os produtos de dispersão, dando destaque às facilidades e dificuldades para sua realização e, principalmente, à aplicação prática do aprendizado ao cotidiano de trabalho da Atenção Primária à Saúde.

3. Ao final, o coordenador do plenário fará o resgate dos objetivos da Oficina 2, para analisar o grau de alcance dos mesmos.



RESGATANDO OS OBJETIVOS DA OFICINA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo geral:

- Analisar a Atenção Primária à Saúde do ponto de vista do acesso.

Objetivos específicos:

- Identificar os elementos constituintes da Atenção Primária à Saúde.
- Identificar as principais causas relacionadas à crise da Atenção Primária à Saúde no plano micro da clínica.
- Analisar as principais demandas da Atenção Primária à Saúde.
- Compreender a proposta de construção social da Atenção Primária à Saúde.
- Compreender os principais fundamentos para a organização do acesso na Atenção Primária à Saúde.

ATIVIDADE 2 – EXPOSIÇÃO DIALOGADA: A OFICINA DE TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE



15 minutos

DESCRIÇÃO:

Será apresentada a proposta da oficina de Território e Vigilância em Saúde, sua relação com as demais oficinas da Planificação da Atenção à Saúde, a competência proposta, as etapas de aprendizagem, a metodologia e, principalmente, a importância da territorialização no âmbito da Atenção Primária à Saúde, bem como a integração desta com a Vigilância em Saúde.

ATIVIDADE 3 – TRABALHO EM GRUPO COM PLENÁRIO EXTERNO: POR QUE INTEGRAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO TERRITÓRIO?



1 hora e 30 minutos

DESCRIÇÃO:

Passo 1 - Cada grupo contará com o apoio de facilitadores nessa atividade, para a mediação do trabalho proposto. Antes de dar início, deve-se eleger um coordenador e um relator para a atividade, lembrando que todos terão a oportunidade de exercer essas funções em algum momento. Veja a seguir o papel desses atores no grupo:



RESGATANDO O PAPEL DO COORDENADOR E DO RELATOR DO GRUPO

O coordenador é responsável por monitorar o tempo indicado pelos facilitadores para as discussões do grupo e coordenar as atividades para a conclusão do trabalho proposto. Já o relator é responsável por sintetizar as ideias e discussões do grupo e apresentá-las em plenário, seja este interno ou externo.

Registre aqui as pessoas que exercerão as funções de Coordenador(a): _____ e de relator(a): _____ nessa primeira atividade.

Passo 2 - A atividade traz dois textos de apoio que juntos procuram responder ao tema central do trabalho em grupo: Por que integrar as ações de Atenção Primária e de Vigilância em Saúde nos territórios? Para leitura e discussão dos textos os grupos se organizarão, conforme indicado no quadro a seguir:

Grupos	Textos para leitura
A	Texto 1 - Território em Saúde
B	Texto 2 - A Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde

Passo 3 - Para cada texto, **há um estudo de caso** e questões que nortearão as discussões. Veja a seguir:

Textos para leitura	Questões norteadoras
Texto 1 - Território em Saúde Estudo de Caso 1	<ol style="list-style-type: none">1. Quais são os riscos e vulnerabilidades identificados no caso?2. De acordo com o texto, o caminho percorrido pelo usuário

	<p>dentro do território na resolução do seu problema foi adequado? Em caso negativo, qual deveria ser?</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Quais providências devem ser tomadas pela Unidade após o diagnóstico confirmado? 4. Que ações de integração podem ser feitas entre a Vigilância em Saúde e a APS (ACS e ACE; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, e outros)? 5. De que forma no seu município, as equipes de Atenção Primária à Saúde e de Vigilância em Saúde utilizam os dados do território para planejar suas ações?
<p>Texto 2 – A Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde</p> <p>Estudo de Caso 2</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as doenças e agravos de saúde que o caso apresenta? 2. Para as doenças e agravos identificados no texto o que compete à Atenção Primária? 3. Quais os protocolos/linhas de cuidado assistenciais disponíveis aos usuários identificados no texto? 4. Que ações deverão ser desencadeadas junto à Vigilância em Saúde? O que fazer imediatamente? 5. A saúde pode resolver sozinha? Quais os serviços existentes no município/território que dão suporte a rede de cuidados intrasetorial e intersetorial? 6. Como são definidos os territórios de atuação da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância em Saúde, 7. no seu município? 8. Qual o custo-benefício decorrente da integração das ações de Atenção Primária à Saúde e de Vigilância em Saúde?

Passo 4 – Como a atividade requer a leitura e discussão de textos, seguem algumas orientações gerais sobre leitura coletiva no Box a seguir.



ORIENTAÇÕES PARA A LEITURA COLETIVA:

Recomenda-se uma **leitura paragrafada**, na qual cada participante faz a leitura de um ou mais parágrafos, entretanto, **é facultada** aos que desejarem contribuir. É importante que seja realizada em **voz alta**, para que todos acompanhem.

Cada participante deve **destacar os termos desconhecidos ou parcialmente compreendidos**, colocando-os para o grupo imediatamente após aparecerem no texto, para que sejam esclarecidos. A **responsabilidade** em esclarecer os termos é **compartilhada** entre os membros do grupo e seus facilitadores. O relator deve **registrar no papel craft**, os termos identificados pelo grupo.

O **registro do processo de trabalho** do grupo deverá ser feito pelo relator em **papel afixado na parede**, para que todos possam visualizar a **produção coletiva**.

Passo 5 – A seguir, o grupo deve proceder à leitura do texto de apoio (1 ou 2), conforme orientado:



TEXTO DE APOIO 1 – TERRITÓRIO EM SAÚDE¹

Território

Quando analisamos o território é importante considerar que são diversos os fatores que condicionam o estado de saúde das pessoas, tais como: o nível de desenvolvimento social e econômico da população; a infraestrutura existente, de moradia e de trabalho; a subjetividade, a afetividade, a espiritualidade, a sexualidade, o gênero e a diversidade cultural; a participação das pessoas nas decisões da comunidade; o grau de desigualdade de renda; presença de agentes transmissores de doenças e alergias; a qualidade da alimentação; a qualidade do saneamento; níveis de violência, discriminação, dependência química etc.; presença de áreas de risco físico-natural (deslizamentos de

¹ Texto adaptado a partir do guia de estudo da Oficina de Territorialização e Vigilância em Saúde, no âmbito da Planificação da Atenção à Saúde do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, 2017.

terra, inundações etc.); mudanças cíclicas e climáticas na bacia hidrográfica na qual o território está inserido; e presença de fontes poluidoras como indústrias e uso abusivo e não regulamentado de agrotóxicos.

É importante pensar e refletir sobre as condições sociais, que podem favorecer ou comprometer a situação de saúde-doença de grupos que habitam determinadas áreas, visto que, quanto melhores as condições sociais da população e melhor a possibilidade de organização da rede de atenção à saúde, possivelmente melhor será a situação de saúde-doença dessa população.

Pensar a partir do território, consiste em um dos pressupostos da organização dos processos de trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS). Muitas vezes, o conceito de espaço é reduzido, sendo utilizado de forma meramente administrativa para a gestão física dos serviços de saúde, negligenciando-se o potencial deste conceito, para a identificação de problemas de saúde e de propostas de intervenção. Esse espaço apresenta, portanto, além de extensão geográfica, um perfil ambiental, demográfico, epidemiológico, administrativo, tecnológico, político, social e cultural, que o caracteriza como um território em permanente construção.

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e a situação epidemiológica e ambiental do território, devem orientar a organização do sistema de atenção à saúde. Estas variáveis estão profundamente inter-relacionadas e as políticas públicas de educação, emprego e saneamento, por exemplo, precisam estar articuladas com esse cenário.

O tripé – *Determinantes Sociais da Saúde, Situação de Saúde-Doença e Rede de Atenção à Saúde* – constitui a base para se compreender a problemática de saúde de um determinado território. Uma análise situacional na saúde abrange essas três dimensões, e cada uma dessas apresentam seus indicadores próprios, possibilitando assim, a comparação desses aspectos entre vários territórios de saúde.

Não basta programar ações setoriais, é preciso que se faça valer tudo aquilo que é necessário e fundamental para a vida humana em determinado lugar. A interação e articulação entre todas as coisas é que fará daquele lugar um lugar bom para se viver, enfim, um lugar saudável (Souza, 2004).

Território e riscos à saúde

São as condições objetivas de vida das pessoas em interação com seu meio social, ambiental e territorial, que vão moldar a forma como elas percebem o risco. Essa percepção inclui valores básicos sociais e pessoais (tradições, crenças, hábitos), bem como experiências anteriores que tenham apresentado risco ou ameaça às suas vidas (abertura de estradas, infestações ambientais de *Aedes aegypti*, usinas nucleares).

A concepção tradicional de saúde (pautada no modelo médico-assistencial) fez com que o setor saúde ficasse impotente em face dos problemas provocados pelo intenso processo de aglomeração e exclusão social. Para superar este cenário, vem se fortalecendo a ideia das ações de promoção da saúde, orientadas para as ações coletivas e intersetoriais.

A “Promoção da Saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso país, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle social na gestão das políticas públicas” (PNPS, 2010).

Segundo Buss (1996), os paradigmas da promoção e da vigilância em saúde não devem incidir apenas sobre os produtos finais dos processos, como mortes, sequelas, enfermidades e agravos. Também devem atuar simultaneamente, sobre um conjunto de outros objetos da saúde pública – pessoas, situações, riscos, grupos de risco e necessidades sociais de saúde, sob a forma de vigilância e monitoramento para prevenir danos e promover a qualidade de vida. Assim, as estratégias de intervenção dessa prática correspondem a diferentes tipos de controle sobre riscos, danos e de causas, ou seja, o controle de condicionantes e determinantes.

Nesse sentido, o processo saúde-doença deve levar em conta os aspectos individuais e os contextos sociais e coletivos que podem produzir maior ou menor suscetibilidade ao adoecimento, bem como simultaneamente, as condições para sua proteção e superação. Deste modo, há necessidade de aproximar os conceitos e a visão de risco individual (que fundamenta o modelo biomédico), ao contexto de vulnerabilidade social numa perspectiva de um olhar coletivo, considerando a relação com os condicionantes e determinantes sociais (Nichiata et al, 2008).

De acordo com Yunes e Szymanski (2001), risco é usado pelos epidemiologistas em associação a grupos e populações, já a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. Para essas autoras, existe uma relação entre vulnerabilidade e risco: “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito”. Uma pessoa submetida a situações de risco pode tornar-se suscetível e propensa a apresentar sintomas e doenças. Com isso, as autoras propõem que a interpretação da vulnerabilidade incorpore, necessariamente, o contexto como lócus de vulnerabilidade, que pode acarretar maior suscetibilidade ao adoecimento e, de modo inseparável, a maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens, para proteção das pessoas contra as enfermidades (CONASS, 2015). Nesta perspectiva, a promoção da saúde atua no desenvolvimento de ações que se antecipem ao dano ou ao agravo.

A formulação de políticas públicas é um passo importante para a institucionalização do controle dos riscos, já que não há possibilidade de excluí-lo da vida em sociedade. Se pensarmos nos riscos sanitários, esse debate se tornou praticamente o centro das discussões dentro do campo da saúde pública: a iminência constante de novos surtos de doenças, ou no retorno de surtos já

erradicados, a exposição a agentes químicos, a poluentes ambientais etc., tudo contribui para a elevação dos riscos nessa sociedade global e que se torna cada vez mais complexa.

As políticas de promoção da saúde, vigilância em saúde, saúde ambiental, saúde do idoso, da criança e da mulher, entre outras, são formas instituídas que objetivam controlar os riscos aos quais as populações-alvo estão expostas, ou mesmo preveni-las.

Territorialização

Além de falarmos de território, outro conceito importante é o da territorialização. Trata-se do processo *“de habitar e vivenciar um território; uma técnica e um método de obtenção e análise de informações sobre as condições de vida e saúde de populações; um instrumento para se entender os contextos de uso do território em todos os níveis das atividades humanas (econômicos, sociais, culturais, políticos etc.)”* (Gondim, Monken, Verbetes), tornando o “território como uma categoria de análise social” (Souza, 2004).

A discussão sobre territórios e suas possibilidades, na perspectiva da organização dos serviços de saúde, busca estabelecer áreas geográficas de responsabilidade e atuação das equipes de saúde. Isso significa desdobrar todo o processo de planejamento de suas atividades: diagnóstico, identificação e priorização dos problemas de saúde e programação, operacionalização e monitoramento das ações de saúde, indissociável ao processo de identificação do território e suas possibilidades. Na atualidade, incorporou-se a noção de risco, fundamental para o estabelecimento de prioridades de atuação da equipe de saúde.

Segundo Mendes (1993), há, pelo menos, duas concepções de territórios sanitários:

- A primeira toma-o de forma naturalizada como um espaço físico que está dado e pronto; nessa concepção prevalecem os critérios geofísicos na construção de um **território-solo**;
- A segunda, derivada da geografia política e coerente com o conceito de espaço/população, vê o **território** como um **processo** em permanente construção, produto de uma dinâmica social nunca acabada, onde se relacionam sujeitos sociais situados na arena sanitária.

Território

Solo:

Definido por critérios geográficos, com uma visão estática que não acompanha as mudanças contínuas do território

Processo:

Definido por critérios geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais, com uma visão dinâmica que acompanha as mudanças permanentes do território.

Área:

É um território-processo de responsabilidade de uma USF, com enfoque na vigilância à saúde. Corresponde à área de atuação de uma a no máximo três equipes de saúde. Seu objetivo é planejar as ações, organizar os serviços e viabilizar os recursos para o atendimento das necessidades de saúde dos usuários/famílias residentes no território, com vistas à melhoria dos indicadores e condições de saúde da comunidade

Microárea:

É uma subdivisão do território-área de responsabilidade da equipe de saúde. Corresponde à área de atuação do ACS. Seu objeto é a delimitação de espaços onde se concentram grupos populacionais homogêneos, de risco ou não, com vistas à identificação das necessidades de saúde das famílias residentes, programação e acompanhamento das ações destinadas à melhoria das suas condições de saúde.

Essa última visão implica que o território sanitário, além de um território geográfico, é também, território cultural, social, econômico e político.

Cabe também diferenciar entre territórios político-administrativos e territórios sanitários. Os territórios político-administrativos são territórios de desconcentração dos entes públicos – Ministério e Secretarias de Saúde – que se definem a partir de uma lógica eminentemente política. Diferentemente, os territórios sanitários são territórios recortados pelos fluxos e contrafluxos da população, de responsabilidade de uma rede de atenção à saúde, em suas demandas pelos serviços de saúde. Ademais, são espaços de responsabilização sanitária por uma população definida.

O foco da territorialização na Estratégia Saúde da Família (ESF) está em estabelecer dois territórios sanitários fundamentais:

- O território área de abrangência que é o espaço de responsabilidade de uma equipe da ESF;
- O território microárea que é o território de responsabilidade de um Agente Comunitário de Saúde (ACS).

No modelo tradicional de cuidados primários, o território da área de abrangência é construído a partir de todas as pessoas que vivem na área de responsabilidade de uma unidade de APS. Na ESF haverá tantos territórios de abrangência quantas são as equipes, porque a função de responsabilização é imputada a cada equipe, em relação às famílias adscritas.

O processo de territorialização envolve o levantamento do perfil territorial-ambiental (a geografia e ambiente, a delimitação do território da unidade da ESF num mapa, as vias de acesso e as características dos domicílios), do perfil demográfico, do perfil socioeconômico e do perfil institucional.

O conhecimento da população e o cadastro familiar

O primeiro elemento das Redes de Atenção à Saúde (RAS), e sua razão de ser, é uma população, colocada sob sua responsabilidade sanitária e econômica. É isso que marca a atenção à saúde baseada na população, uma característica essencial das RAS.

A população de responsabilidade das RAS vive em territórios sanitários singulares, organiza-se socialmente em famílias e é cadastrada e registrada em subpopulações, por riscos socio sanitários. Assim, a população total de responsabilidade de uma RAS deve ser totalmente conhecida e registrada em sistemas de informação potentes. Mas não basta o conhecimento da população total: ela deve ser segmentada, subdividida em subpopulações por fatores de risco e estratificada por riscos em relação às condições de saúde estabelecidas.

O conhecimento da população de uma RAS envolve um processo complexo, estruturado em vários momentos: o processo de territorialização; o cadastramento das famílias; a classificação das famílias por riscos socio sanitários; a vinculação das famílias à Unidade Básica de Saúde; a identificação de subpopulações com fatores de risco; a identificação das subpopulações com condições de saúde estratificadas por graus de riscos; e a identificação de subpopulações com condições de saúde muito complexas.

Na concepção de RAS, cabe à APS a responsabilidade de articular-se intimamente, com a população, o que implica não ser possível falar-se de uma função coordenadora dessas redes se não se der, nesse nível micro do sistema, todo o processo de conhecimento e relacionamento íntimo da equipe de saúde com a população adscrita, estratificada em subpopulações e organizada, socialmente, em famílias.

O cadastro familiar tem o objetivo de conhecer as famílias adscritas às equipes da Estratégia de Saúde da Família, sendo base importante para a construção de relações de vínculo, entre a população e os profissionais de saúde da família.

O cadastro familiar é ferramenta fundamental para a ESF porque é a partir dele que se define a população que, organizada socialmente em famílias, se vinculará a cada equipe de saúde da família. Como se viu anteriormente, a população de uma RAS não é a população fornecida pelo IBGE, mas as pessoas que efetivamente vivem no território de responsabilidade de cada equipe da ESF. Assim, só com um bom cadastro familiar se poderá romper com um dos problemas centrais do SUS que é a gestão da oferta e se instituir, verdadeiramente, a gestão de base populacional.

Diagnóstico local

O Diagnóstico Local reúne todas as informações necessárias, para que a equipe de saúde conheça o território e a população residente, sob a sua responsabilidade.

É um processo estratégico que sistematiza as informações dos processos de territorialização e cadastro da população, constituindo a base para que a equipe possa programar as ações de saúde e, posteriormente, avaliar o impacto destas ações na situação de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES JRCM, FRANÇA JUNIOR I. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: Barbosa R, Parker R, organizadores. Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1999. P. 50 -71. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP). Redes de Atenção à Saúde. Oficina 3 – diagnóstico local. Guia do Tutor/Facilitador. Belo Horizonte: ESP, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde, Portaria GM nº. 1378 de 09 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Brasil. Ministério da Saúde, Portaria GM nº. 3252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Teixeira, Carmem Fontes, Vilas boas, Ana Luiza Queiroz. Doc Preliminar. Diretrizes para a integração entre a APS e Vigilância em Saúde. mimeo Brasília, 2009. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender a gestão do SUS - Progestores. Brasília: CONASS, 2015.

MARQUES, M. C. C. Um novo olhar sobre o território. Projeto Laboratório de Estudos da Complexidade e do Conhecimento em Vigilância Sanitária. Belo Horizonte, set. 2007. (mimeo.)

MENDES, Eugênio Vilaça. Distritos Sanitários: processo social de mudanças nas práticas sanitárias para o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec: Abrasco, 1993.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em Saúde e Território Utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. In: Risco ou vulnerabilidade social? Social vulnerability or risk? ROSANE JANCZURA.



TEXTO DE APOIO 2 – A VIGILÂNCIA EM SAÚDE E A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE²

Aspectos conceituais de Vigilância em Saúde

Entende-se a vigilância em saúde como uma ação universal, permanente e integrante das atividades estratégicas do SUS e *“constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças”*.

² Texto adaptado a partir do guia de estudo da Oficina de Territorialização e Vigilância em Saúde, no âmbito da Planificação da Atenção à Saúde do Distrito Federal, 2017.

As ações de vigilância em saúde devem ocorrer de forma articulada com as demais ações e serviços desenvolvidos e ofertados no SUS, visando à integralidade da atenção à saúde da população. A articulação entre as vigilâncias (epidemiológica, em saúde ambiental, da saúde do trabalhador e sanitária) e as contribuições de diversas disciplinas (geografia, planejamento urbano, epidemiologia, administração e ciências sociais, dentre outras) devem ser incorporadas na construção da vigilância em saúde, tendo como suporte político-institucional o processo de descentralização e de reorganização dos serviços e das práticas de saúde no nível local. Nessa direção, a vigilância em saúde deve se constituir em um espaço de articulação de conhecimentos e técnicas, abrangendo processos e práticas, relacionados às seguintes áreas:

I - **vigilância epidemiológica**: vigilância e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos, como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde;

II - **vigilância em saúde ambiental**: conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou, a outros agravos à saúde;

III - **vigilância em saúde do trabalhador**: conjunto de ações que visam à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes, decorrentes dos modelos de desenvolvimento, de processos produtivos e de trabalho;

IV - **vigilância sanitária**: conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços do interesse da saúde. Abrange o controle de bens de consumo, que direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. As ações de promoção da saúde, a análise da situação de saúde e as ações laboratoriais são fundamentais na efetivação da vigilância em saúde, com atuação transversal em suas práticas e processos de trabalho;

V - **Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Saúde Pública (CIEVS)**: conjunto de ações capazes de monitorar e avaliar o comportamento epidemiológico das doenças, agravos e eventos ocorridos no âmbito do Espírito Santo, que são de notificação imediata ao estado do ES; atuar na detecção, verificação, resposta e monitoramento dos riscos de saúde pública, na ocorrência de emergências em saúde pública e apoiar e/ou gerenciar a resposta aos riscos de saúde pública ocorridos no âmbito do estado, visando facilitar ação coordenada com envolvimento de todos os setores e instituições relacionados ao evento.

A incorporação da noção de risco e especialmente a busca de identificação dos fatores de risco envolvidos na determinação das doenças, não só as infectocontagiosas, mas principalmente as crônico-degenerativas, como também os riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços de interesse à saúde, do meio ambiente e do processo produtivo, vêm provocando a modernização das estratégias de ação no campo da saúde pública, tanto pela ampliação e diversificação do seu objeto, quanto pela incorporação de novas tecnologias de informação e organização das ações.

No âmbito da vigilância das doenças transmissíveis, apesar da redução significativa da participação das doenças infecciosas no perfil da mortalidade do nosso país, esse grupo de doenças continua como importante problema de saúde pública (BARRETO E CARMO, 2007; BARRETO et al, 2009; BRASIL, 2013). Várias dessas doenças são, ao mesmo tempo, determinadas e perpetuadoras da pobreza e da exclusão social. Dar-lhes prioridade é um respeito ao princípio da equidade, sendo um desafio para a vigilância, a melhoria das ações de prevenção e controle das mesmas. Para tanto, é fundamental fortalecer a produção de informação e de análises epidemiológicas, aprimorando a articulação das ações de vigilância com a atenção em saúde, fomentando a implantação de redes integradas, que envolvam a atenção primária, especializada e de alta complexidade, sob a perspectiva da regionalização.

A vigilância em saúde deve estar vinculada ao contexto sanitário-epidemiológico, ao desenvolvimento econômico e aos processos contemporâneos da internacionalização de mercados. Assim, as práticas de vigilância devem ser a expressão de políticas públicas, operacionalizadas por ações normativas, jurídicas, técnicas e científicas, visualizadas nas suas relações intersetoriais, buscando a promoção e proteção da saúde e a qualidade de vida da população.

As tendências observadas nas condições de saúde da população brasileira devem ser interpretadas à luz dos determinantes sociais de saúde, como mudanças econômicas e políticas; mudanças em comportamentos e hábitos; intensa urbanização; acesso à educação; e queda da fertilidade (VICTORA et al, 2011). Além disso, a globalização da produção de bens e serviços, em conjunto com a grande mobilidade dos povos (viagens e migrações), leva a riscos compartilhados globalmente. Os riscos tecnológicos, incluindo aqueles específicos da assistência à saúde, determinam a necessidade de mecanismos de proteção.

Tendo em vista os determinantes das Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT), deve-se buscar a implantação de medidas preventivas e de promoção da saúde, com efetividade comprovada para reduzir seus fatores de risco, tais como tabagismo, alto consumo de sal, sedentarismo, álcool, entre outros, bem como acidentes e violências (trabalho, trânsito, doméstico, etc.), além de riscos ambientais (água, agrotóxicos, desastres, poluição atmosférica, etc.) e sanitários (produtos e serviços ofertados à população).

Nos aspectos de riscos ambientais e sanitários, a tomada de ações aplica-se pela suficiência do conhecimento científico existente, entretanto, algumas medidas necessárias são baseadas no princípio da precaução, quando há evidências de que a falta de ação pode implicar em dano e quando a ação pode ser justificada, com base em julgamentos razoáveis de custo-benefício (Comissão Europeia, 2000). Ao mesmo tempo, a vigilância dos eventos relevantes para a saúde pública (ex.: mortalidade infantil e materna) deve ser fortalecida.

É imprescindível, conseqüentemente, a construção de evidências para avaliação da efetividade das ações de vigilância e de promoção da saúde, além da introdução rápida e de forma sustentável de novas tecnologias, com avaliação do impacto, oportunidade e qualidade das ações de vigilância, proteção, promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento, por meio do aperfeiçoamento da produção de informações e de análises da situação de saúde. Para enfrentar os desafios referidos, são colocadas questões para o debate, que devem confluir para “a construção de uma Política Nacional de Vigilância que reconheça as diversidades regionais e expresse as semelhanças e as especificidades das três esferas de governo” (BRASIL, 2013. p.13). Essa política terá papel estratégico e pedagógico importante, na medida em que se configurar como instrumento integrador da vigilância em saúde, como campo da saúde pública, devendo ser trabalhada em consonância com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A necessidade de integração das ações de Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde

Para atender as especificidades do território sob a responsabilidade de um dado serviço, o trabalho deve ser pautado pelo conhecimento epidemiológico, sanitário, social, demográfico, ambiental, econômico, cultural e político do território. A organização dos processos de trabalho relacionados à vigilância em saúde deve ocorrer em diversas situações, a saber: no âmbito dos serviços de vigilância em saúde, com o desenvolvimento de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, garantindo as singularidades de cada área e o desenvolvimento de excelência técnica responsável; nos diversos serviços de saúde, desde a UBS até os serviços de média e alta complexidade, contribuindo para maior racionalidade do atendimento integral; nas ações de apoio institucional ou matricial aos serviços de saúde. No primeiro, a vigilância em saúde é partícipe de uma equipe que se encarrega da operacionalização da Rede de Atenção à Saúde e seus serviços, colaborando na construção da integralidade. No segundo, contribui para qualificar a construção dos projetos terapêuticos singulares e coletivos junto às equipes de saúde.

Os processos de trabalho devem considerar a colaboração necessária para a integralidade em seus vários aspectos: integração das diversas ações e serviços que compõem a rede de atenção à saúde; articulação das ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e do manejo das diversas

tecnologias de cuidado e de gestão, necessárias ao tratamento e reabilitação; nas demais responsabilidades específicas da vigilância em saúde.

O modelo de atenção à saúde organizado em Rede de Atenção à Saúde (RAS) articula as relações entre a população estratificada por riscos, os focos das intervenções do sistema de atenção à saúde e os diferentes tipos de intervenções sanitárias. Este modelo aponta para a necessidade de uma organização que construa a intersetorialidade para a promoção da saúde, contemple a integralidade, considere as vulnerabilidades de grupos ou populações e suas necessidades, fortalecendo as ações sobre as condições crônicas.

Com base no exposto, fica claro que não se construirá atenção integral, sem a efetiva inserção das ações de promoção e vigilância em saúde na organização da RAS, e em especial na APS, com atribuições e responsabilidades definidas, integração dos processos de trabalho, planejamento, programação, monitoramento, avaliação e educação permanente. Neste contexto, especial atenção deve ser dada à compatibilização dos territórios de atuação da APS e da vigilância em saúde.

A construção das linhas de cuidado – aqui entendida como conjunto de saberes, tecnologias e recursos necessários ao enfrentamento de determinado risco, agravo, situações de vulnerabilidade ou condições específicas do ciclo de vida – pode ser uma das ferramentas na integração entre a promoção, prevenção, vigilância e assistência nos diversos pontos de atenção da RAS, contribuindo para superar a fragmentação da atenção à saúde. No entanto, essa construção deve levar em consideração as diferentes realidades locais, o papel da atenção primária e a inserção da VS, não focando apenas na média e alta complexidade. Como forma de consolidar a vigilância em saúde na RAS, propõe-se que as linhas de cuidado sejam construídas, não por patologia isolada, mas por agrupamentos de agravos e determinantes de saúde, identificando riscos e situações de vulnerabilidade.

Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O planejamento integrado deve ser baseado nas necessidades da população de um determinado território e construído a partir da definição da política de saúde de cada ente federativo, estabelecendo prioridades políticas, no cumprimento de suas responsabilidades sanitárias. A programação das ações de vigilância em saúde, no âmbito da programação anual de saúde, deverá ser construída desde o território, município, região de saúde, estado e o país. Essa programação deve estar em consonância com o estabelecido nos planos de saúde.

O monitoramento e a avaliação devem ser utilizados pelas três esferas de governo como ferramentas capazes de identificar problemas e possibilitar a revisão das estratégias definidas. Para isso, é fundamental a integração dos sistemas de informação, de forma a subsidiar o processo de gestão e promover a transparência.

Sistemas de Informação

O uso da tecnologia da informação é fundamental em seu processo de trabalho, considerando que a coleta, consolidação, análise de dados e a disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde são basilares para as ações de Vigilância em Saúde. A integração e aperfeiçoamento dos sistemas de informação contribuem para aprimorar e consolidar a gestão da Vigilância em Saúde, notadamente nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação. Sua concepção deve levar em conta as diversidades, necessidades e demandas locais e regionais. Deve ser garantido o acesso integral às bases de dados, produzidas em seu território e necessárias ao desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde, sob responsabilidade de cada esfera de governo. A disseminação de dados e informações deve atender às necessidades de usuários, profissionais, gestores, prestadores de serviços e do controle social, ressalvadas as questões éticas, de sigilo profissional, e os princípios e diretrizes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Comunicação

No âmbito da Vigilância em Saúde, a comunicação desempenha três funções: alerta de risco sanitário, que consiste na divulgação de informações sobre a ocorrência de eventos com potencial de risco à saúde, com detalhada descrição da situação, de cuidados e medidas necessários à redução ou eliminação do risco. Pode ser direcionado a determinados grupos populacionais ou, à população em geral. Objetiva a mudança imediata de comportamentos individuais ou a implementação de medidas de caráter coletivo. Para que as ações de comunicação sejam efetivas, elas devem ter seu objetivo e público-alvo previamente definidos, de forma a possibilitar a definição das estratégias adequadas a sua implementação, incluindo veículos a serem utilizados, linguagem a ser adotada, tempo ou periodicidade de veiculação. O monitoramento e avaliação dessas ações devem ser incorporadas à rotina das equipes de comunicação, no âmbito da VS, na medida em que seus resultados estão diretamente vinculados às condições de saúde da população.

Educação

As ações de educação em saúde devem buscar a expansão e qualificação da vigilância em saúde em todos os pontos de atenção, com a adoção de novos modelos de educação permanente, dotados de metodologias apropriadas e inovadoras. Ademais, é necessário difundir o conhecimento sobre vigilância em saúde, para todos os profissionais envolvidos na Atenção à Saúde, setor regulador e população. Também, deve ser assegurada a gestão do trabalho e educação em vigilância em saúde, em consonância com as necessidades locais e com as diretrizes da Política Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, de modo a qualificar os profissionais de vigilância e de todos os níveis de atenção.

Emergência em Saúde Pública

Uma emergência em saúde pública se caracteriza como uma situação que demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, conforme Decreto nº 7616/2011. O Sistema Único de Saúde deve estar preparado para responder de forma oportuna e proporcional, às emergências em saúde pública, em alinhamento com o Regulamento Sanitário Internacional que determina a necessidade de estabelecimento de plano de resposta, a ser elaborado por cada esfera de gestão, considerando as vulnerabilidades do seu território e cenários de risco. Na resposta à emergência em saúde pública, é necessária a atuação coordenada entre as diversas organizações governamentais e não governamentais envolvidas, articulando e organizando o esforço para a minimização de seus efeitos.

Integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde

Grande parte dos municípios ainda desenvolve ações de vigilância em saúde de modo centralizado, sem a devida capilaridade para as unidades básicas, o que provoca restrições no efetivo controle das doenças e agravos prioritários e torna distante a possibilidade de operacionalizar o princípio da integralidade da atenção.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) publicada em março de 2006, e atualizada em 2011, elege o atendimento integral à saúde da população de territórios delimitados, como objeto de atuação dos profissionais das unidades de saúde, apresentando-se como espaço privilegiado para o exercício de práticas de vigilância em saúde.

A análise da situação de saúde das áreas de abrangência das unidades básicas de saúde permite a identificação de problemas de saúde, seus possíveis determinantes e condicionantes, conhecimento essencial para o planejamento e execução de ações articuladas de proteção, promoção e recuperação da saúde, e de prevenção contra riscos e agravos. A identificação de fatores de risco e de proteção à saúde, existentes na estrutura e na dinâmica que compõem o território em que vive a população adscrita é uma das tarefas fundamentais do processo de trabalho das equipes de APS.

A Vigilância em Saúde, visando à integralidade do cuidado, deve inserir-se na construção das Redes de Atenção à Saúde, coordenadas pela Atenção Primária à Saúde. Essas Redes consistem em estruturas integradas de provisão de ações e serviços de saúde, institucionalizados pela política pública, em determinado espaço regional, a partir do trabalho coletivamente planejado e do aprofundamento das relações de interdependência entre os atores envolvidos.

A integralidade deve ser compreendida como a garantia de acesso a todos os serviços indispensáveis para as necessidades de saúde, adequando a competência dos profissionais ao quadro epidemiológico, histórico e social da comunidade e do usuário.

A integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Primária à Saúde é condição obrigatória para construção da integralidade na atenção e para o alcance de resultados, com desenvolvimento de

processo de trabalho condizente com a realidade local, que preserve as especificidades dos setores e compartilhe suas tecnologias.

A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) assumiu a integração entre a atenção primária e a vigilância em saúde, como prioridade político-institucional descrita em seu Plano Anual de Trabalho de 2008. Tal iniciativa, no entanto, exige o planejamento dessa integração nos âmbitos estadual, regional e municipal para se tornar efetiva. Nesse sentido, a SVS e o Departamento de Atenção Básica (DAB) apresentam nesse documento, as seguintes diretrizes para orientar a elaboração de instrumentos norteadores dessa política:

I - compatibilização dos territórios de atuação das equipes, com a gradativa inserção das ações de Vigilância em Saúde nas práticas das Equipes de Saúde da Família;

II - planejamento e programação integrados das ações individuais e coletivas;

III - monitoramento e avaliação integrada;

IV - reestruturação dos processos de trabalho com a utilização de dispositivos e metodologias que favoreçam a integração da vigilância, prevenção, proteção, promoção e atenção à saúde, tais como linhas de cuidado, clínica ampliada, apoio matricial, projetos terapêuticos, protocolos, entre outros;

V - educação permanente dos profissionais de saúde, com abordagem integrada nos eixos da clínica, vigilância, promoção e gestão.

As ações de Vigilância em Saúde, incluindo a promoção da saúde, devem estar inseridas no cotidiano das equipes de Atenção Primária/Saúde da Família, com atribuições e responsabilidades definidas em território único de atuação, integrando os processos de trabalho, planejamento, programação, monitoramento e avaliação dessas ações, sendo que as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) serão desempenhadas de forma integrada e complementar. Para fortalecer a inserção das ações de vigilância e promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde, recomenda-se a incorporação gradativa dos ACE nas equipes de Saúde da Família.

As ações de promoção da saúde são voltadas para a redução da vulnerabilidade e das desigualdades existentes, buscando intervir sobre os determinantes e condicionantes da saúde.

Na busca da integralidade deve-se promover a articulação de atores e políticas sociais no planejamento e execução de ações intersetoriais. A organização e qualificação das Redes de Atenção à Saúde, objetivando a integralidade do cuidado, demandam a implementação de apoio matricial para a gestão do trabalho em saúde, como meio de assegurar retaguarda especializada e suporte técnico-pedagógico às equipes e profissionais de saúde, para o aumento da capacidade de intervenção e resolutividade.

De acordo com a PORTARIA Nº 1.007 DE 4 DE MAIO DE 2010, muitas ações de vigilância em saúde já são desenvolvidas pelas equipes da APS/ESF, tais como diagnóstico, tratamento, busca ativa e notificação, mas também existem outras ações que são desenvolvidas no mesmo território, que também devem estar inseridas no cotidiano das equipes de Atenção Primária/Saúde da Família, tais

como: controle ambiental, de endemias, de zoonoses, de riscos e danos à saúde e as ações de promoção da saúde. A portaria cita ainda a importância da reorganização dos processos de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde -ACS e dos Agentes de Combate as Endemias ACE, ou agentes que desempenham essas atividades, mesmo com outras denominações, cujas atividades devem ser desempenhadas de forma integrada e complementar com atribuições e responsabilidades definidas em território único de atuação.

Na organização da atenção, o ACS e o ACE desempenham papéis fundamentais, pois se constituem como elos entre a comunidade e os serviços de saúde. Assim como os demais membros da equipe, tais agentes devem ser corresponsáveis pela saúde da população de sua área de abrangência. Por isso, devem desenvolver ações de promoção, prevenção e controle dos agravos, seja nos domicílios ou, nos demais espaços da comunidade, e embora realizem ações comuns, há um núcleo de atividades que é específico a cada um deles.

Os gestores e as equipes de saúde devem definir claramente os papéis, competências e responsabilidades de cada um destes agentes, e de acordo com a realidade local, definir os fluxos de trabalho. A relação entre o número de ACE e de ACS será variável, pois se baseará no perfil epidemiológico e nas demais características locais, a exemplo do perfil demográfico da população e aspectos geográficos.

É fundamental o uso de diretrizes clínicas, que proponham ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigidos aos problemas mais frequentes da população. Tais protocolos devem incluir a indicação da continuidade da atenção, sob a lógica da regionalização, flexíveis em função dos contextos estaduais, municipais e locais. A territorialização é base do trabalho das equipes de APS, para a prática da vigilância em saúde. O propósito fundamental deste processo é permitir eleger prioridades para o enfrentamento dos problemas identificados nos territórios de atuação, o que refletirá na definição das ações mais adequadas, contribuindo para o planejamento e programação local. Para tal, é necessário o reconhecimento e mapeamento do território, segundo a lógica das relações entre condições de vida, saúde e acesso às ações e serviços de saúde.

Isso implica um processo de coleta e sistematização de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários que, posteriormente, devem ser interpretados e atualizados periodicamente pela equipe de saúde.

REFERÊNCIAS BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Inovações e desafios: Vigilância em saúde: Gestão 2011-2013/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 80 p.: il.

BARRETO, Mauricio Lima; CARMO, Eduardo Hage. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, supl. Nov. 2007.

BARRETO, Maurício L. [et al.]. Sucessos e fracassos no controle de doenças infecciosas no Brasil: o contexto social e ambiental, políticas intervenções e necessidades de pesquisa. *The Lancet*. London, p.47-60, maio. 2009.

VICTORA, Cesar G. [et al.]. Condições de saúde e inovação nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. *The Lancet*. London, p.90-102, maio. 2011.

Passo 6 – Após a leitura, o grupo deve retomar os questionamentos propostos no Passo 3.

Passo 7 - Ao final, o relator deverá sistematizar a discussão do grupo e elaborar a síntese da pergunta-chave: “Por que integrar as ações de Atenção Primária e de Vigilância em Saúde no território?” para apresentação em plenário.

ATIVIDADE 4 - PLENÁRIO DO TRABALHO EM GRUPO: POR QUE INTEGRAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO TERRITÓRIO?



30 minutos

DESCRIÇÃO:

Cada grupo terá um tempo determinado para apresentação da síntese elaborada a partir das questões propostas e da pergunta-chave do trabalho em grupo. O coordenador do plenário conduzirá a discussão e a sistematização da questão em estudo.

TARDE

DINÂMICA DE AQUECIMENTO NOS GRUPOS



15 minutos

DESCRIÇÃO:

Os facilitadores conduzirão uma dinâmica para aquecer os participantes no início da tarde.

ATIVIDADE 5 - TRABALHO EM GRUPO COM PLENÁRIO INTERNO: ANALISANDO AS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO TERRITÓRIO



2 horas

Passo 1 - Nessa atividade, a turma continuará dividida em grupos de trabalho, conforme a atividade anterior. Antes de dar início à leitura, cada grupo deve eleger um novo coordenador e um novo relator para a atividade, desde que sejam pessoas que ainda não tenham exercido essas funções. Registre aqui o nome das pessoas eleitas para coordenador (a): _____ e relator

(a):_____.

Passo 2 – Antes de passarmos adiante, vamos retomar à nossa personagem Catarina, a gestante analisada na oficina de Atenção Primária à Saúde.



Zika Vírus?

Catarina, de 17 anos, grávida de dois meses, há dois dias vinha sentindo dores de cabeça, no corpo e nas articulações, febre de 38 graus e enjoos. Resolveu buscar ajuda no posto de saúde próximo de sua casa, no município de Boa Fé.

Chegando lá, Catarina foi atendida pela enfermeira Luciana, que ficou atenta quando a usuária disse que estava grávida e que tinha viajado para visitar a irmã em Boa Esperança, tendo retornado há uma semana.

Luciana tinha lido recentemente, um material sobre Zika vírus e vinha acompanhando as notícias nos meios de comunicação sobre o aumento de casos de microcefalia em bebês nascidos de mães, que contraíam esse vírus durante a gestação. Embora ainda não tivesse sido veiculado nenhum informe da vigilância epidemiológica do Estado sobre a ocorrência de Zika, Luciana associou os sintomas ao vírus, não descartando também a possibilidade de Dengue.

No exame físico, observou a presença de manchas vermelhas no corpo, sintoma que pode estar presente tanto na Dengue, quanto em casos de Zika vírus e Chikungunya. A enfermeira então, questionou Catarina sobre a existência de mosquitos na sua casa e se eles picavam durante o dia ou à noite. Catarina, já um pouco assustada, disse que havia muitos insetos, principalmente, no início da manhã.

A enfermeira resolveu chamar o médico da Unidade, Ronaldo, para compartilhar o caso. Depois de trocarem ideias, Ronaldo e Luciana concluíram que seria necessário coletar uma amostra de sangue, já que Catarina estava na fase aguda da doença. Como era necessário preencher a ficha de notificação do caso suspeito e como nunca tinham atendido um caso assim antes, resolveram ligar para a vigilância epidemiológica do município, para avisar sobre a suspeita e esclarecer suas dúvidas. No entanto, não obtiveram êxito, pois o telefone estava todo tempo ocupado.

Dando continuidade ao atendimento, realizaram a prova do laço, que deu negativa. Preocuparam-se também em tentar tranquilizar Catarina, que já estava ansiosa com a

conversa de Zika vírus e Dengue, ainda mais pelo fato de estar grávida e também acompanhar o noticiário na televisão sobre a microcefalia.

Ronaldo explicou à gestante que não existia nenhum tratamento específico; apenas hidratação, repouso e analgésicos eram necessários para ela se sentir melhor nos próximos dias. Informou que se Catarina estivesse com Dengue ou Chikungunya, não existia risco aumentado de malformação, entretanto em relação à Zika, ainda era necessário saber mais sobre a doença, especialmente na gestação, pois pode haver uma associação entre a infecção por Zika na gestação e malformações de bebês, mas ainda não se tem certeza e nem se sabe com que frequência isso ocorre. O importante naquele momento era acompanhá-la mais de perto no pré-natal, para se ter certeza de que tudo estava correndo bem.

A enfermeira Luciana orientou que Catarina procurasse se proteger das picadas de mosquito usando repelentes, roupas claras e compridas, mosquiteiros ao deitar e/ou telas nas janelas. Falou que essas doenças eram transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, sendo muito importante que ela cuidasse da casa, mas que também ficasse atenta à vizinhança.

Catarina informou à equipe de saúde que recebeu a visita de um agente de endemias na casa dela e que ele orientou a fazer uma limpeza no quintal, mas ela acabou deixando isso para depois.

Enquanto Rômulo dava prosseguimento à escuta de Catarina, Luciana tentou mais uma vez entrar em contato com a vigilância epidemiológica do município, para avisar sobre a suspeita e esclarecer sobre os próximos passos a serem seguidos no caso da gestante. Ao ser atendida e relatar o caso, a enfermeira ficou muito surpresa ao ser informada que a vigilância em saúde vinha fazendo acompanhamento e várias intervenções na microárea de residência de Catarina, devido ao alto índice de infestação predial do mosquito *Aedes aegypti*. Indignada, Luciana questionou o porquê de não ter sido avisada, pois era da equipe responsável por aquela microárea e nem sequer sabia que lá atuava um agente de endemias.

Depois que desligou o telefone, Luciana ficou pensando que se isso acontecia com ela que era de uma equipe de saúde da família, imagine com uma Unidade Básica de Saúde que não contava com Agentes Comunitários de Saúde.

Refletiu sobre o que era importante fazer a partir de agora, pois a equipe não poderia perder de vista aquela gestante, pois não se tratava somente da suspeita de Zika, mas do seu acompanhamento pré-natal. Luciana, então, se questionou a respeito das demais gestantes existentes em seu território – Será que sua equipe estava identificando precocemente essas mulheres e assegurando-lhes acompanhamento efetivo durante a gestação?

Pensou também na comunidade – Será que os Agentes Comunitários de Saúde da equipe estavam observando possíveis focos nos domicílios? Será que eles e outros membros da equipe sabiam identificar os sintomas de Dengue, Chikungunya e Zika?

Diante de tantas questões, decidiu reservar uma reunião de equipe para trocarem ideias, não somente para alinharem dentro da equipe essas informações, mas também pensarem juntos estratégias para divulgar tudo isso junto à população.

Era preciso também inspecionar todo o posto de saúde. Já pensou se tem Aedes aqui no posto? Luciana logo se lembrou dos outros atendimentos que a aguardavam e voltou para o acolhimento atordoada: que segunda-feira!

Passo 3 – Diante do caso, discuta no grupo as seguintes questões:

a) O que mais lhe chamou atenção em relação ao caso de Catarina?

b) Como você avalia a equipe de saúde da família que atendeu Catarina (pontos fortes e frágeis)?

c) Qual a análise do grupo acerca da vigilância epidemiológica do município de Catarina (pontos fortes e frágeis)?

d) Na percepção do grupo, como deve se dar a integração das ações da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância em Saúde?

Passo 4 – Considerando a necessidade de controle do *Aedes aegypti* e a atuação cotidiana da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde no território, avalie de que forma as ações listadas na matriz a seguir, estão sendo realizadas ou não, pelas equipes dos participantes do grupo.

AÇÕES	ATENDE SATISFATORIAMENTE COMO?	ATENDE PARCIALMENTE QUAL O MOTIVO?	NÃO ATENDE QUAL O MOTIVO?	COMO RESOLVER?
1. Mobilização da comunidade com divulgação das características das doenças e formas de controle do mosquito <i>Aedes Aegypti</i>				
2. Mapeamento e controle dos focos de <i>Aedes Aegypti</i> no território (domicílios e terrenos baldios)				
3. Integração entre Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias - compartilhamento semanal de informações sobre o território, focos e casos suspeitos				
4. Notificação dos casos suspeitos para a vigilância				
5. Atualização sobre protocolos e manuais do				

Ministério da Saúde que subsidiam a prevenção, o diagnóstico e tratamento adequado de Dengue, Zika Vírus e Chikungunya				
6. O acolhimento ocorre em tempo oportuno - A agenda está organizada para atender as demandas espontâneas e urgências na Atenção Primária à Saúde				
7. Acompanhamento dos casos - agenda capaz de encaixar retornos para acompanhamento de condições agudas como Dengue, por exemplo				
8. Há busca ativa – possibilidade da equipe realizar monitoramento dos casos que não retornarem espontaneamente				
9. Há busca ativa de grupos de risco (gestantes,				

acamados...) e população que não buscou a Unidade				
10. Retaguarda clínica – Capacidade instalada na Unidade e/ou na Rede de coletar e ter resultados de exames laboratoriais com brevidade				
11. Capacidade para realização de reidratação endovenosa na própria Unidade Básica de Saúde, caso necessário				
12. Orientação adequada dos usuários para procura de outro serviço de referência nos horários em que a Unidade Básica de Saúde encontra-se fechada				
13. Tem acesso a informações sobre sua população diagnosticada em outros serviços de saúde				

Passo 5 - Os facilitadores farão o fechamento da atividade em plenário interno, sistematizando os produtos do trabalho em grupo.

ATIVIDADE 6 – EXPOSIÇÃO DIALOGADA: A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO TERRITÓRIO



45 minutos

DESCRIÇÃO:

Será realizada breve exposição com o objetivo de possibilitar a compreensão sobre a importância da integração das ações da Atenção Primária e da Vigilância em Saúde no território, com vistas à integralidade da atenção à saúde.

6 ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE DISPERSÃO



A dispersão é o momento em que os participantes retornam às atividades nos territórios por um período de 30 a 40 dias, até a realização da próxima oficina. Nesse intervalo, as equipes aprofundarão a discussão dos temas abordados com o apoio da tutoria.

Cada oficina estabelece produtos a serem desenvolvidos no período de dispersão, que decorrem da aplicação prática da teoria apreendida e que se somam às atividades de tutoria nos territórios.

Considerando a necessidade de cada equipe olhar para o seu território de atuação na Atenção Primária, os produtos a serem desenvolvidos na dispersão são:

- Delimitação do território de cada equipe de Atenção Primária à Saúde, com as microáreas discriminadas, por meio da revisão da territorialização;
- Análise da situação de cadastramento dos cidadãos e das famílias residentes no território com proposição de estratégias para sua devida efetivação;
- Análise da cobertura da Atenção Primária à Saúde (Equipe de Saúde da Família, Agente Comunitário de Saúde, Equipe de Saúde Bucal, Equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, dentre outros);

- Elaboração da matriz de integração da Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde, no que se refere ao componente “Território integrado entre Atenção Primária e Vigilância em Saúde”, seguindo-se a diretriz proposta e as ações recomendadas;

Para melhor entendimento acerca dos processos de territorialização, cadastramento e diagnóstico local, recomenda-se os roteiros propostos nos anexos 1, 2 e 3, bem como o texto do anexo 4 desse guia de estudo. Já em relação à elaboração da matriz de integração, seguem algumas orientações:

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ



Antes do preenchimento da matriz com os componentes sugeridos para integração entre as ações de Atenção Primária à Saúde (APS) e de Vigilância em Saúde (VS), sugerem-se algumas perguntas norteadoras, para que a equipe reflita sobre os processos de trabalho, identificando potencialidades e fragilidades.

Destaca-se que o preenchimento da matriz deve contemplar ações que fortaleçam as potencialidades existentes e ações que minimizem ou suprimam as fragilidades, no intuito de resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território.

Todas as propostas devem acontecer à luz da integração das ações da APS e VS, visando à garantia da integralidade do cuidado. A seguir, são pontuadas questões em relação a alguns componentes da matriz:

1. Territórios da Atenção Primária à Saúde/Vigilância em Saúde

- A área técnica tem utilizado os dados (ambientais, epidemiológicos, sanitários) levantados pela APS na territorialização?
- Qual o critério utilizado em cada área para definir seu território? (número de imóveis, número de famílias, aspectos geográficos, barreiras arquitetônicas, análise da situação de saúde, dados socioeconômicos, vulnerabilidade, riscos coletivos, equipamentos de saúde, equipamentos sociais, outros)?
- As bases territoriais são compatíveis?
- As equipes utilizam algum critério para compatibilização dos territórios da APS e da VS?
- A área técnica utiliza o geoprocessamento e/ou mapeamento para definir seu território?
- Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) são vinculados à Unidade Básica de Saúde (UBS)?

- Os ACE são vinculados à Estratégia Saúde da Família (ESF)?
- A APS está inserida no desenho de Rede de Atenção?

2. Organização do processo de trabalho

- Que ações estão sendo desenvolvidas de integração entre a APS e VS na área técnica?
- Que políticas indutoras estão sendo desenvolvidas para que as ações de vigilância sejam efetivamente descentralizadas para a UBS?
- Existe uma definição clara das competências da APS e da VS?
- Existem fluxos de gestão e de Rede de Atenção definidos?
- Quais as estratégias ou metodologias utilizadas (linhas de cuidado, gestão da clínica, protocolos clínicos integrados)?
- A coordenação prevê estratégias de apoio matricial da equipe do nível central, para o desenvolvimento de ações de VS na APS?
- Essa área técnica prevê a inclusão/atividades para o ACE?
- Como se daria o processo de trabalho do ACE na ESF?
- Qual o (novo) papel do supervisor dos ACE?

3. Planejamento e programação

- As coordenações realizam planejamento e programação de forma permanente e articulada entre a APS e VS?
- A gestão prevê o envolvimento das coordenações de APS e VS conjuntamente, no processo de pactuação dos indicadores do Pacto pela Saúde?
- Acorda agendas ou planos de trabalho que contemplem ações estratégicas voltadas à integração e à melhoria dos indicadores?

4. Monitoramento e avaliação

- Existe coordenação descentralizada, responsável pelo acompanhamento da VS na APS?
- A equipe de monitoramento e avaliação da VS é composta por técnicos da APS?
- A equipe de monitoramento utiliza instrumentos (próprios) para acompanhamento das ações e práticas da APS e VS?

- As coordenações de APS e de VS utilizam as informações dos sistemas de informação como instrumentos de gestão, avaliação, planejamento e monitoramento?

Salientamos, ainda, que alguns assuntos devam ser tratados transversalmente nos componentes discutidos na matriz, a exemplo da promoção da saúde, controle social, formação e educação permanente.

Estas áreas dão abertura para que a discussão sobre a integralidade do modelo de atenção exista, dado que a transformação do modo de “operar a atenção à saúde” pressupõe esforços para alterações de concepções arraigadas e mudanças nos processos de trabalho.

O desafio colocado é criar uma base sólida para esse processo em construção, revendo e aprimorando constantemente seus fundamentos conceituais e metodológicos, ajustando-os à complexa realidade do país, e buscando sempre mecanismos de superação dos obstáculos existentes.

Para subsidiar as discussões sugere-se:

- Promoção da Saúde: observar se existem ações organizadas e regulares de Promoção da Saúde e como esta integração vem ocorrendo.

- Formação e educação permanente: verificar se estão sendo viabilizados cursos preparatórios para os trabalhadores da APS nas áreas técnicas da VS; se a coordenação da APS decide em conjunto com as áreas da VS os temas e atividades a serem desenvolvidas na educação permanente; se é feita a publicação de materiais técnicos em conjunto APS e VS; se é disponibilizada formação teórica e prática nas áreas básicas de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental; se é disponibilizada formação teórica e prática nas áreas técnicas da VS para os profissionais da APS; se as áreas técnicas da APS e da VS desenvolvem, de forma integrada, atividades de Educação Permanente; se existe avaliação dos resultados dessas capacitações; de que forma têm sido realizadas e quais os resultados alcançados.

- Controle e participação social: verificar se as coordenações de APS e VS apoiam e legitimam a participação popular e o controle social; se as áreas técnicas planejam, executam e acompanham as ações na sua área de atuação em parceria e/ou em articulação com a participação popular e o controle social; se existem políticas indutoras à participação popular.

Após a reflexão coletiva sobre os aspectos colocados e outros identificados pela equipe, neste momento será esquematizada na matriz a proposta para solução dos problemas encontrados, seguindo os passos abaixo:

Situação Atual

Descrever de forma sucinta como são desenvolvidos os trabalhos da APS e VS referente a cada componente, dando ênfase na integração. Identificar se a lógica do trabalho, as estratégias, ferramentas e/ou metodologias são comuns. Distinguir entre as situações encontradas, as que contribuem negativamente (fragilidades) e positivamente (potencialidades) nos processos.

Situação Desejada

Definir qual a situação que se espera alcançar. Descrever os objetivos e metas a serem concretamente alcançadas. As metas devem ser específicas, mensuráveis, adequadas, realistas e temporais.

Ações Propostas

Descrever as atividades/ações factíveis a serem desenvolvidas para superar as fragilidades e alcançar a situação desejada.

Insumos/Recursos

Descrever e quantificar os recursos humanos, materiais e/ou financeiros necessários para execução das ações.

Prazos

Determinar o prazo, preferencialmente fixando datas para execução das ações.

Responsável

Identificar o principal responsável (Departamento, Diretoria, Coordenação etc.) para o desenvolvimento e/ou coordenação da ação proposta (evitar identificações genéricas como Coordenadoria Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, entre outras).

Parceiros

Identificar os parceiros envolvidos e necessários para o desenvolvimento das ações. Identificar estes parceiros de acordo com seu envolvimento, definindo responsabilidades diretas de execução, indireta de cooperação e/ou de fortalecimento das ações.

A seguir, a proposta da matriz:

MATRIZ PROGRAMÁTICA DAS DIRETRIZES DE INTEGRAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE								
Componentes	Situação Atual		Situação Desejada	Ações Propostas	Insumos/ Recursos	Prazos	Responsável	Parceiros
	Potencialidades	Fragilidades						
Organização do processo de trabalho								
Promoção da Saúde								
Território integrado entre Atenção Primária e Vigilância em Saúde								
Planejamento e programação								
Participação e controle social								
Educação Permanente em Saúde								
Monitoramento e avaliação								



No anexo 5, encontram-se as diretrizes de integração da Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde para apoiar na construção da matriz.

Lembre-se que antes da realização da próxima oficina, as equipes devem entregar ao Tutor um relatório sobre os produtos e preparar uma apresentação para socialização do trabalho com os demais colegas da Planificação da Atenção à Saúde.

7 AVALIAÇÃO DA OFICINA



É chegada a hora de avaliar a Oficina. É muito importante termos a percepção de cada participante sobre o dia de trabalho. Sua avaliação nos permite garantir a manutenção das boas estratégias e a readequação daquelas que não conseguiram atingir ou atingiram parcialmente os objetivos propostos.

Obrigada por contribuir!



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

PLANIFICAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE – REGIÃO SAÚDE NORTE ES

AVALIAÇÃO DA OFICINA 3

TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

1) QUEM ESTÁ AVALIANDO?

Preencha os itens a seguir sobre você e sua instituição:

Município onde trabalha: _____

Função que exerce: _____

Formação: _____

2) COMO ACOLHEMOS VOCÊ?

Avalie os aspectos relacionados à estrutura da Oficina:

Itens	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Recepção				
Acolhimento				
Organização				
Instalações				

3) COMO FOI A OFICINA PARA VOCÊ?

Avalie a Oficina, a partir dos seguintes itens:

Itens	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Metodologia				
Conteúdo				
Material didático				
Exposições dialogadas				
Trabalhos em Grupo				
Plenários				
Facilitadores				

Carga Horária				
---------------	--	--	--	--

4) QUAL O SEU NÍVEL DE APROVEITAMENTO NESSA OFICINA?

Atribua um conceito/nota ao seu aproveitamento:

- (1) Ótimo - 8,0 a 10,0 (2) Bom - 6,5 a 7,9 (3) Regular - 5,0 a 6,4 (4) Ruim - 0,0 a 4,9

5) COMO VOCÊ AVALIA A IMPORTÂNCIA DA SUA PARTICIPAÇÃO NA PLANIFICAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE?

- (1) Fundamental (2) Importante
(3) Não é importante (4) Não tenho elementos suficientes para avaliar

6) COMPARTILHE CONOSCO A SUA AVALIAÇÃO E NOS AJUDE A MELHORAR NOSSOS ENCONTROS

Para facilitar, utilize PALAVRAS-CHAVES para responder os itens a seguir:

a) O que NÃO foi BOM?	b) O que FOI BOM?
c) O que PODE MELHORAR?	d) Suas SUGESTÕES?
e) Suas PREOCUPAÇÕES?	

Gratos pela sua colaboração!



ANEXOS

ANEXO 1 - O PROCESSO DA TERRITORIALIZAÇÃO³

O processo de territorialização desenvolve-se seguindo as fases descritas no quadro abaixo.

1. Fase preparatória	<p>1.1 Realizar discussões na equipe de saúde para compreensão do processo de territorialização.</p> <p>1.2 Definir as responsabilidades para cada uma das fases, envolvendo no levantamento de informações principalmente, os agentes comunitários de saúde e os profissionais mais velhos ou moradores da área de abrangência.</p> <p>1.3 Identificar a existência de plano diretor municipal, projetos/estudos/mapas urbanos que contenham a identificação do território e a malha viária.</p> <p>1.4 Adquirir um mapa-base do município ou das áreas já definidas, com escala para área urbana 1:5.000 ou 1:10.000 e para zona rural 1:25.000 ou 1:50.000.</p> <p>1.5 Realizar o levantamento de dados de fontes do próprio município, plano municipal de saúde, Atlas de Desenvolvimento Social da Fundação João Pinheiro (FJP), do IBGE, Cadernos de Saúde e Sala de Situação nos sistemas de informações do Ministério da Saúde, sobre os aspectos geográficos, populacionais, econômicos, sociais, culturais e epidemiológicos.</p> <p>1.6 Analisar os dados levantados.</p>
2. Fase de delimitação do território	<p>2.1 Considerar os seguintes critérios para delimitação ou revisão do território:</p> <ul style="list-style-type: none">• geográfico: barreiras, limites, áreas rurais;• risco ambiental;• densidade populacional;• aspectos políticos, econômicos (modo de produção, renda), sociais, culturais;• malha viária e meios de transporte;

³Material extraído do Plano Diretor da Atenção Primária à Saúde. Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2010.

	<ul style="list-style-type: none"> • equipamentos sociais; • pontos de atenção à saúde: UBS, centros de especialidades, consultórios/ambulatórios privados, hospitais, laboratórios, residências terapêuticas, pronto-atendimentos, dentre outros. <p>2.2 Delimitar os limites do território da UBS, considerando os critérios citados.</p> <p>2.3 Caso já exista, revisar a caracterização do território delimitado da Unidade Básica de Saúde (UBS), considerando os mesmos critérios.</p>
3. Fase de apropriação do território	<p>3.1 Sinalizar no mapa-base os limites definidos e as características do território.</p> <p>3.2 Realizar análise do conjunto de informações.</p> <p>3.3 Confirmar ou corrigir o território da UBS ou fazer a sua revisão, caso já exista.</p>
4. Fase de consulta às lideranças comunitárias	<p>4.1 Mapear todos os representantes ou lideranças da comunidade local (informantes-chaves) procurando envolvê-los no processo de territorialização.</p> <p>4.2 Realizar entrevistas para levantar informações sobre o território e a vida das famílias e da comunidade, aspectos geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais percebidos e de relevância para a comunidade.</p> <p>4.3 Indagar sobre fatores facilitadores ou dificultadores a respeito do trabalho desenvolvido pela equipe de saúde e o funcionamento da unidade de saúde (ver quadro: Entrevista com lideranças comunitárias).</p>
5. Fase de definição do território	<p>5.1 Definir a área de abrangência da UBS e suas respectivas microáreas</p>

A entrevista com as lideranças comunitárias é fundamental para o processo de territorialização. O objetivo é conhecer a percepção do usuário sobre o atendimento da equipe de saúde, que pode ser expressa como fatores facilitadores ou dificultadores, como proposto a seguir.

	ITEM	FATORES FACILITADORES	FATORES DIFICULTADORES
1.	Localização e acesso à unidade		

2.	Horário de funcionamento		
3.	Informações prestadas por telefone		
4.	Manutenção e limpeza da unidade		
5.	Recepção e acolhimento na unidade: atitude relativa à cortesia, respeito, sensibilidade e simpatia, sala de espera		
6.	Tempo de espera para consultas programadas ou de urgência		
7.	Atendimento programado (consultas, grupos operativos e outros): duração do atendimento, habilidade do profissional		
8.	Lembretes aos usuários sobre atendimentos agendados ou programados e busca ativa em caso de falta		
9.	Atendimento em situações de urgência: tempo de espera, resolutividade		
10.	Atendimento na sala de vacina, farmácia e sala de curativo		
11.	Encaminhamento para consultas de especialidades		
12.	Realização de exames laboratoriais		
13.	Visitas domiciliares, ações preventivas, controle de zoonoses		
14.	Compreensão sobre a orientação feita após o atendimento, prescrição de medicamentos ou solicitação de exames		
15.	Satisfação com relação ao atendimento das necessidades do cidadão		

EXEMPLOS DE MAPAS

Mapa de umas das áreas de abrangência do bairro Canaã, que pertence ao Núcleo Planalto, no município de Uberlândia - Minas Gerais.



Mapa dinâmico da área de abrangência de uma Equipe de Saúde da Família no município de Tauá - Ceará.



CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A caracterização da área de abrangência descreve os perfis territorial ambiental, demográfico, socioeconômico e institucional e define parte do diagnóstico local a ser realizado pela equipe de saúde.

ETAPA 1 - PERFIL TERRITORIAL - AMBIENTAL

Utilizar os dados coletados no processo de territorialização:

Território:

- Localização urbana ou rural.
- Bairros localizados na área de responsabilidade, especificando se totalmente ou parcialmente incluídos.
- Distância do centro da cidade.
- Extensão territorial em km².
- Maior distância entre a UBS e o limite do território.

Geografia e ambiente:

- Descrição do relevo.
- Existência de rios ou córregos, especificando se canalizados ou em leito natural; lagos e represas, naturais ou artificiais.
- Existência de fontes de água naturais, especificando a sua utilização pela população circunvizinha.
- Barreiras geográficas.

Recursos existentes no território:

- Pontos de atenção à saúde além da própria UBS: centros de referência/especialidades, consultórios/ambulatórios privados, hospitais, laboratórios, residências terapêuticas, pronto-atendimentos e outros.
- Equipamentos e serviços sociais existentes: escolas, creches, cursos profissionalizantes, associações, ambulatórios, hortas comunitárias etc.
- Áreas de lazer: campos de futebol, pistas para caminhada, parques etc.

Áreas de risco:

- Áreas de risco ambiental: lixão; áreas sujeitas a deslizamento, soterramento ou inundação; fontes de poluentes (tipo, origem etc.) e outros riscos.
- Áreas de assentamentos e invasões.
- Áreas de aglomeração urbana: favelas, cortiços etc.
- Áreas rurais: número de comunidades, ponto de apoio, distância da UBS.

Urbanização - acesso:

- Pavimentação das ruas e avenidas.
- Transporte público.
- Malha viária, rodovias, ferrovias.

Características dos domicílios:

- Número de domicílios segundo o abastecimento de água: rede pública, poço ou nascente, outros.
- Número de domicílios segundo o tratamento da água no domicílio: filtração, fervura, cloração, sem tratamento.
- Número de domicílios segundo o destino de fezes e urina: sistema de esgoto (rede geral), fossa ou céu aberto.
- Número de domicílios com energia elétrica.
- Número de domicílios segundo o destino do lixo: coletado, queimado ou acumulado a céu aberto.

ETAPA 2 - PERFIL DEMOGRÁFICO

- População total.
- População segundo faixa etária e sexo.
- População que tem plano de saúde.
- Número total de usuários do SUS.

ETAPA 3 - PERFIL SOCIOECONÔMICO

- Número de chefes de família analfabetos.
- Número de famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais)⁴.
- Número de famílias sem acesso à pasta e à escova de dente, por área.
- Número de famílias segundo o grau de risco.

ETAPA 4 - PERFIL INSTITUCIONAL

- Histórico da UBS.
- Localização.
- Tipologia: ESF, PACS, Unidade Tradicional.
- Acesso à UBS: topografia e transporte urbano.
- Horário de atendimento.
- Recursos humanos: número de profissionais por categoria, carga horária semanal contratada, carga horária semanal cumprida, especialização ou residência em saúde da família, tempo de atuação na APS e tempo de atuação na UBS.
- Relação com os Conselhos Locais de Saúde, caso existam.
- Relação com as lideranças comunitárias.

⁴ Fonte: Programa Bolsa Família, Ministério da Previdência e Assistência Social.

ANEXO 2 - O PROCESSO DE CADASTRO FAMILIAR⁵

OBJETIVO:

- Conhecer as famílias residentes nas áreas de responsabilidade das equipes de saúde, relacionando os seus integrantes, a situação de moradia e outras informações necessárias para a programação das ações de saúde.

METAS:

- Identificar e cadastrar 100% das famílias residentes na área de responsabilidade.

OPERACIONALIZAÇÃO:

- O processo de cadastramento das famílias das áreas de abrangência da UBS se desenvolve seguindo as fases descritas no quadro abaixo.

1. Fase preparatória	<p>a. Realizar encontros preparatórios de toda a equipe para conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none">• do objetivo do cadastramento;• da sua função como instrumento de diagnóstico da situação de saúde e de programação de ações;• da sua função como instrumento de educação da família (as orientações a serem feitas à família, em geral e sobre cada um dos itens pesquisados). <p>b. Apresentar e discutir a metodologia utilizada para o cadastramento, assim como o instrumento a ser aplicado.</p> <p>c. Discutir o formulário de cadastro padronizado pela SMS para aplicação junto às famílias e indivíduos do território.</p> <p>d. Elaborar o planejamento do cadastramento, envolvendo toda a equipe; identificando as microáreas definidas no processo de territorialização, seus respectivos responsáveis, os agentes comunitários de saúde e o número total e a relação de domicílios; e definindo o cronograma de visitas domiciliares.</p> <p>e. Esclarecer as lideranças locais identificadas no processo de territorialização e solicitar a sua colaboração em caso de dificuldade de acesso a alguma área ou domicílio.</p>
----------------------	--

⁵ Material extraído do Plano Diretor da Atenção Primária à Saúde. Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2010.

<p>2. Fase de execução</p>	<p>a. Priorizar na primeira etapa do cadastramento as famílias moradoras de áreas de risco.</p> <p>b. Agendar previamente as visitas, de maneira a garantir o tempo e as condições adequadas para a realização da entrevista e a maior participação de outros familiares.</p> <p>c. Aplicar o formulário em uma ou duas visitas domiciliares.</p> <p>d. Iniciar a visita apresentando-se à família, esclarecendo a vinculação à UBS e esclarecendo o objetivo do cadastro.</p> <p>e. Entrevistar preferencialmente o responsável da família, com a participação de outros familiares sempre que possível.</p> <p>f. Indagar o entrevistado sobre cada um dos itens do formulário, de maneira objetiva, mas ao mesmo tempo acolhedora, deixando espaço para esclarecimentos sobre o significado e importância de cada aspecto e sobre as dúvidas que surgirem.</p> <p>g. Anotar as respostas nos campos específicos do formulário, estando atentos a registrar também as impressões, questionamentos e aspectos não previstos anteriormente, mas importantes para o conhecimento daquela família.</p> <p>h. Orientar a família sobre a utilização das informações para a programação e organização do serviço de saúde.</p> <p>i. Realizar também orientações de educação em saúde sobre as condições e problemas identificados, como relacionamentos familiares, cuidados com o recém-nascido e outras faixas etárias de risco, consultas de controle na UBS, armazenamento e administração de medicamentos, higiene do ambiente, acondicionamento do lixo, etc.</p>
<p>3. Fase de utilização</p>	<p>a. Lançar os dados do cadastro no e-SUS, ou no Sistema de Informação Gerencial do município.</p> <p>b. Realizar momentos de apresentação e discussão da equipe sobre os dados coletados, para conhecimento da situação de saúde das famílias de cada microárea.</p> <p>c. Utilizar as informações para a classificação por grau de risco e para programação de ações necessárias para a melhoria da condição familiar.</p>
<p>4. Fase de atualização</p>	<p>a. Atualizar o cadastro sempre que houver uma alteração importante da composição ou condição familiar.</p> <p>b. Considerar as mudanças dinâmicas do território que possam implicar alterações da base populacional, como obras viárias, conjuntos populacionais,</p>

	<p>assentamentos urbanos e outras.</p> <p>c. Realizar anualmente uma revisão completa do cadastro das famílias da área de abrangência.</p>
--	--

ANEXO 3 - O DIAGNÓSTICO LOCAL

OBJETIVO:

- Conhecer a população da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde (UBS), seu perfil epidemiológico e os fatores geográficos, demográficos, políticos, econômico-sociais, culturais e institucionais que influenciam na saúde dos indivíduos e da comunidade.

METAS:

- Traçar o perfil demográfico e epidemiológico da população residente na área de responsabilidade da equipe de saúde.

OPERACIONALIZAÇÃO:

- Toda a equipe de saúde deve ser envolvida no diagnóstico situacional, a partir do planejamento desse processo.
- Os dados devem ser coletados dos relatórios da territorialização e cadastro familiar e complementados com a classificação de risco das famílias e o dimensionamento da população-alvo. Outros dados relativos aos indicadores dos sistemas de informação e a outros registros da própria unidade e da secretaria municipal de saúde poderão ser considerados.
- Organizar os dados por microárea, possibilitando conhecimento mais preciso da sua população adscrita.
- Analisar os dados seguindo o roteiro, que sugere uma leitura dos dados necessários para avaliar o acesso à unidade de saúde, incluindo a percepção do líder comunitário entrevistado no processo de territorialização; a população de responsabilidade da equipe de saúde; as subpopulações com as condições crônicas prioritárias, relativas às redes prioritárias definidas no planejamento estratégico (gestante, criança, hipertenso, diabético, câncer de mama e colo de útero); e alguns determinantes sociais da saúde.
- Para alguns itens do diagnóstico, será útil a comparação com os parâmetros municipais ou outros disponíveis.
- Elaborar o documento final com o diagnóstico local da área de responsabilidade da equipe de saúde e repassá-lo para a coordenação central, para a etapa de elaboração do diagnóstico municipal.

ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO LOCAL

Item de Análise	Dados	Fonte	Observação
Acesso	Distância máxima de um domicílio e a UBS	Perfil geográfico – ambiental do relatório de territorialização	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilita a identificação dos fatores dificultadores do acesso da população adscrita à UBS, a partir dos quais elaborar um plano de ação para melhoria do acesso.
	Barreiras geográficas ou de grande esforço		
	Áreas de risco ambiental e/ou urbano		
	Malha viária, pavimentação, transporte		
	Proporção população/equipe		
	Satisfação do usuário	Entrevista às lideranças comunitárias	
População adscrita	População total	Perfil demográfico – cadastro familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilita a gestão de base populacional: (i) estabelecer as necessidades de saúde de uma população específica, segundo os riscos; (ii) implementar e monitorar as intervenções sanitárias relativas a essa população; (iii) prover o cuidado para as pessoas no contexto de sua cultura e de suas necessidades e preferências.
	População por sexo e faixa etária		
	Classificação de risco das famílias		
	População que tem plano de saúde		
Determinantes sociais da saúde	Número de domicílios	Perfil sócio econômico – cadastro familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilita a identificação de alguns dos elementos necessários para a classificação de risco, permitindo o
	Densidade família (média de integrantes por família)		

	Condições de moradia (proporção de moradias de tijolo/adobe)		<p>monitoramento mais intenso das famílias de maior risco.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilita o desenvolvimento de intervenções de promoção e prevenção.
	Abastecimento de água (proporção de domicílios com abastecimento de água pela rede pública)		
	Destino de fezes e urina (proporção de domicílios com sistema de esgoto pela rede geral)		
	Destino do lixo (proporção de domicílios com sistema de coleta de lixo)		
	Renda familiar (proporção de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família)		
	Escolaridade (proporção de chefes de família analfabetos)		
	Recursos da comunidade: equipamentos e serviços sociais existentes, áreas de lazer, grupos culturais, de esporte e outros	Perfil geográfico – ambiental do relatório de territorialização	
Subpopulações com condição de saúde estabelecida	<p>Estimativa da população alvo, total e por estrato de risco, e cobertura de atendimento das seguintes condições de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestante; 	<p>Perfil epidemiológico: aplicação dos parâmetros de prevalência e cadastro na UBS</p>	<p>Possibilita a organização da atenção às condições de saúde mais prevalentes.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Criança; • Hipertensos, • Diabéticos; • Mulheres na faixa etária de rastreamento do câncer de mama e colo de útero. 		
ANEXO 4 - METODOLOGIA DA ESTIMATIVA RÁPIDA PARA ANÁLISE DE SITUAÇÃO DE SAÚDE LOCAL			

A Metodologia da Estimativa Rápida não é o único método para coletar dados amplos sobre uma área geográfica específica ou determinado problema: é o começo de um processo para obter informações que subsidiarão a elaboração do diagnóstico situacional, contribuindo para a construção do planejamento local.

É o modo de se obterem informações sobre o conjunto de problemas em curto período de tempo, sem grandes gastos de dinheiro. O termo “rápido” refere-se ao tempo disponibilizado na coleta de dados em campo e durante o período de análise. Tem por princípios:

- não coletar dados excessivos ou impertinentes;
- adaptar as investigações para que reflitam as condições locais e situações específicas;
- envolver o pessoal da comunidade tanto na definição de necessidades quanto na identificação de possíveis soluções.

a) Dados Primários

São as informações coletadas diretamente por meio da relação do entrevistador/pesquisador e o *informante-chave*. Requer a utilização de roteiro de entrevista e identificação de informantes-chave, que devem ser moradores conhecedores das características geográficas e populacionais da área em estudo.

A escolha do informante-chave busca identificar na população, pessoas com densidade de opinião, ou seja, aquelas cuja informação represente a de várias pessoas. Identificar uma liderança natural não é tarefa simples, pois nem sempre é o presidente da Associação de Moradores, podendo ser moradores antigos, donos de bares, pessoas que não têm medo de novidade, que buscam a Unidade de Saúde nas primeiras semanas de funcionamento, benzedeadas, entre outras.

Outra forma de coleta de dados é a observação, realizada por meio de um passeio ambiental, em que o próprio pesquisador registra sua percepção sobre a área estudada (aspectos físicos, condições e densidade das habitações, sistema de drenagem, presença de esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo, serviços existentes na comunidade, entre outros).

Para a realização dessa etapa é necessária a elaboração de roteiro, que contemple perguntas pertinentes aos informantes-chave e a relação do que será observado.

b) Dados Secundários

São aqueles já apresentados e disponíveis por outros organismos governamentais ou não, sendo essenciais para equipes que estão iniciando seu trabalho e nem sempre dispõem de tempo suficiente para realizar planejamento adequado.

As informações podem ser obtidas junto a registros oficiais como: IBGE ou demais órgãos oficiais de pesquisa, SES e SMS, Ação Social, Educação, Meio Ambiente, companhias de abastecimento de água, esgoto, limpeza urbana e energia elétrica; Conselhos de Saúde e Sistemas de Informações (E-SUS AB, SIM, SINASC, SINAN, SIS-PRENATAL, SISCOLO, entre outros). Alguns dispõem de dados com acesso pela internet.

Roteiro para a Realização do Diagnóstico Situacional da Comunidade

I – Identificação do Informante

Nome:

Idade: Data de Nascimento:

Estado Civil: Escolaridade/Ocupação:

Tempo em que reside na comunidade: Participa da comunidade? Como?

II – Identificação da Comunidade

1 – Como surgiu a comunidade?

2 – De onde vieram os primeiros moradores?

3 – Quais os grupos organizados existentes na comunidade?

4 – Quais as principais conquistas?

5 – Quais os principais problemas?

6 – Quais as principais reivindicações?

7 – A comunidade se reúne para alguma atividade, tipo:

() pastoral () associação de moradores () grupos religiosos () cooperativa () outros.

III – Identificação das Condições de Moradia (Análise Geral da Comunidade)

- 1 – Característica da construção
- 2 – Posse da moradia
- 3 – Abastecimento de água
- 4 – Destino dos dejetos
- 5 – Coleta de lixo
- 6 – Energia elétrica
- 7 – Pavimentação das ruas
- 8 – Meios de transporte
- 9 – Forma de lazer

IV – Identificação das Condições Ambientais

- 1 – Fontes de poluição ambiental
- 2 – Desmatamento
- 3 – Rios ou lagos contaminados
- 4 – Depósitos de lixo
- 5 – Indústrias
- 6 – Terrenos baldios
- 7 – Encostas sem proteção
- 8 – Utilização de agrotóxicos

V – Identificação dos Agravos

- 1 – Quais as doenças mais comuns na comunidade? (crianças / adolescentes / adultos / idosos)
- 2 – Por que essas doenças acontecem?
- 3 – Além das doenças, existe algum outro problema que afete a saúde das pessoas (clima, agrotóxicos, condições de trabalho etc.)?
- 4 – De que as pessoas morrem na comunidade? (crianças / adolescentes / adultos / idosos)
- 5 – Quando algum produto ou serviço prejudica a saúde das pessoas, elas denunciam ao órgão competente? Qual é o retorno?

VI – Identificação dos Serviços de Saúde

- 1 – Quando as pessoas adoecem para onde vão?
- 2 – Quais os tipos de serviços de saúde existentes na comunidade?
- 3 – Que a comunidade pensa do atendimento recebido no serviço de saúde?
- 4 – Há dificuldade de acesso aos serviços de saúde (locomoção, barreiras geográficas, agenda, atendimento)?
- 5 – As pessoas conseguem resolver seus problemas nos serviços de saúde?
- 6 – Quando procuram por atendimento odontológico conseguem ser atendidos?

7 - Caso precisem se deslocar para serviços fora da comunidade, como funciona o processo de agenda e retorno?

Obs.: Podem ser inseridas outras questões de acordo com o interesse das equipes.

Data e nome do entrevistador:

Esquema para coleta de informações:

- Levantar população geral, por sexo e faixa etária

Dados secundários: E-SUS AB (onde já existir o cadastramento); IBGE.

- Identificar condições de moradia

Dados secundários: Registros/relatórios em setores da própria prefeitura; companhias de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto; E-SUS AB, IBGE, IPEA.

Dados primários: Informante-chave e passeio ambiental.

- Identificar condições ambientais

Dados secundários: Secretarias de Meio Ambiente;

Dados primários: informante-chave e passeio ambiental.

- Levantar o perfil de morbimortalidade da área

Dados secundários: SIM; E-SUS AB; SINAN; SINASC; SISVAN; e-SUS AB, SISCOLO, internet, além de registros da Secretaria da Saúde;

Dados primários: informante-chave.

- Identificar os serviços oferecidos pela Unidade de Saúde

Dados secundários: registros na Secretaria da Saúde e na própria Unidade;

Dados primários: entrevistas a usuários.

- Identificar a forma de organização social da comunidade

Dados secundários: registros nas Secretarias Municipais;

Dados primários: entrevistas com informante-chave.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Gerência de Regulação e Assistência a Saúde. Gerência de Vigilância a Saúde. **Diretrizes clínicas:** organização da atenção primária à saúde. 1.ed. 2008. Coleção Uma Nova Saúde, livro 1. Disponível em: <<http://www.saude.es.gov.br>>.

ANEXO 5 - DIRETRIZES DE INTEGRAÇÃO ENTRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Foram definidas sete diretrizes que orientam as ações, de caráter operacional, a serem planejadas e pactuadas localmente para a integração entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Vigilância em Saúde (VS), cujo eixo orientador é a **integralidade do cuidado**. São proposições a serem adaptadas em cada contexto.

1. Organização do Processo de Trabalho

A operacionalização da integralidade do cuidado requer, necessariamente, a revisão dos processos de trabalho, buscando-se integrar os vários atores envolvidos tanto na APS quanto na vigilância em saúde. Esses atores devem ser corresponsáveis pelas ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador e ações assistenciais, respeitando as particularidades e especificidades de cada perfil, integrando suas atividades de maneira a potencializar o trabalho e evitar a duplicidade das ações que, embora distintas, se complementam.

As ações aqui designadas devem ser parte das atividades rotineiras de todos os componentes das equipes de APS que incluem, em diversas composições, profissionais de nível superior, de nível técnico e os agentes de saúde.

Na organização da atenção, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e o Agente de Combate às Endemias (ACE) - ou agentes que desempenham essas atividades, mas com outras denominações - desempenham papéis fundamentais, pois se constituem como elos entre a comunidade e os serviços de saúde. Assim como os demais membros da equipe, tais agentes devem ser corresponsáveis pela saúde da população de sua área de abrangência. Por isso, devem desenvolver ações de promoção, prevenção e controle dos agravos, seja nos domicílios ou nos demais espaços da comunidade, e embora realizem ações comuns, há um núcleo de atividades que é específico a cada um deles.

Os gestores e as equipes de saúde devem definir claramente os papéis, competências e responsabilidades de cada um destes agentes, e de acordo com a realidade local, definir os fluxos de trabalho. O número de ACE que vai compor cada Equipe de Saúde da Família será definido pelo gestor municipal de acordo com o perfil epidemiológico e sanitário, densidade demográfica, área territorial e

condições socioeconômicas e culturais.

É fundamental o uso de protocolos clínicos que envolvam ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigidos aos problemas de saúde mais frequentes da população. Tais protocolos devem incluir a indicação da continuidade da atenção, sob a lógica da regionalização, flexíveis em função dos contextos estaduais, municipais e locais.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
1. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none">➤ Descentralizar os programas da vigilância em saúde para APS<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer apoio matricial para as equipes de APS/saúde da família por meio das equipes de referência da vigilância em saúde e profissionais da rede de APS➤ Definir fluxos de gestão e atenção.<ul style="list-style-type: none">▪ Definir papéis e responsabilidades de todos os membros das equipes de saúde.▪ Definir fluxos das redes de atenção a saúde incluindo práticas de vigilância em saúde.▪ Elaborar protocolos clínicos integrados.▪ Divulgar fluxos de assistência para a população.➤ Garantir a prestação dos serviços de vigilância em saúde na APS mediante a integração de ações programáticas e de demanda espontânea.

2. Promoção da Saúde

Nas últimas décadas, tornou-se fundamental cuidar da vida de modo a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos ao adoecer e as chances de que tal processo seja produtor de incapacidade, sofrimento crônico e morte prematura.

A promoção da saúde estreita sua relação com a vigilância em saúde, numa articulação que reforça a exigência de um movimento integrador na construção de consensos e na execução das agendas governamentais, a fim que as políticas públicas sejam cada vez mais favoráveis à saúde e à vida, estimulem e fortaleçam o protagonismo dos cidadãos em sua elaboração e implementação, ratificando o preceito constitucional de participação social.

Entende-se que a promoção da saúde apresenta-se como mecanismo de fortalecimento e implantação de política transversal, integrada e intersetorial, que promove o diálogo entre as diversas áreas do setor sanitário, os outros setores do governo, o setor privado e não governamental e a sociedade. Desse modo, formam-se redes de compromisso e corresponsabilidade quanto à qualidade de vida da população, em que todos são partícipes na proteção e no cuidado com a vida. A promoção da saúde

visa romper com a excessiva fragmentação na abordagem do processo saúde–doença, reduzir a vulnerabilidade, os riscos e os danos que neles se produzem.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
2. PROMOÇÃO DA SAÚDE	<ul style="list-style-type: none">➤ Propor a inserção das ações de promoção a saúde em todos os níveis de atenção, com ênfase na APS, voltadas para ações de cuidado com o corpo e a saúde, alimentação saudável e prevenção e controle ao tabagismo.➤ Estimular as ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações de promoção à saúde.➤ Estabelecer mecanismos que garantam que a promoção da saúde seja uma parte fundamental da busca da equidade, da melhoria da qualidade de vida e de saúde.

3. Território Integrado entre APS e Vigilância em Saúde

Os sistemas de saúde devem se organizar sobre uma base territorial, em que a distribuição dos serviços siga uma lógica de delimitação de áreas de abrangência. O território em saúde não é apenas um espaço delimitado geograficamente, mas sim um espaço onde as pessoas vivem, estabelecem suas relações sociais, trabalham, cultivam suas crenças e cultura.

A territorialização é base do trabalho das equipes de APS para a prática da vigilância em saúde. O propósito fundamental deste processo é permitir eleger prioridades para o enfrentamento dos problemas identificados nos territórios de atuação, o que refletirá na definição das ações mais adequadas, contribuindo para o planejamento e programação local. Para tal, é necessário o reconhecimento e mapeamento do território, segundo a lógica das relações entre condições de vida, saúde e acesso às ações e serviços de saúde. Isso implica um processo de coleta e sistematização de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários que, posteriormente, devem ser interpretados e atualizados periodicamente pela equipe de saúde.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
3. TERRITÓRIO INTEGRADO ENTRE APS E VIGILÂNCIA EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar critérios para compatibilização de territórios: área de abrangência de unidade básica/saúde da família, no de imóveis da abrangência do agente de endemias e dados epidemiológicos. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vincular os ACE à unidade básica de saúde/saúde da família ▪ Propor redesenho territorial ➤ Garantir dentro do território existência de agente comunitário e ACE ➤ Realizar análise da situação de saúde por meio dos sistemas SISAB/SIM/SINAN/SINASC/SIA/SIH/SI-PNCD, entre outros.

4. Planejamento e Programação

Planejar e programar em um território específico exige um conhecimento das formas de organização e de atuação dos órgãos governamentais e não governamentais para se ter clareza do que é necessário e possível ser feito. É importante o diálogo permanente com os representantes desses órgãos, com os grupos sociais e moradores, na busca do desenvolvimento de ações intersetoriais oportunizando a participação de todos. Isso é adotar a intersetorialidade como estratégia fundamental na busca da integralidade da atenção.

Faz-se necessário o fortalecimento das estruturas gerenciais dos municípios e estados, com vistas não só ao planejamento e programação, mas também da supervisão, seja ela das equipes, dos municípios ou regionais.

Segundo a concepção da vigilância em saúde, a articulação desse conjunto de ações é construída mediante processos de planejamento de caráter participativo, em que a equipe de saúde e representantes da população, na condição de atores sociais, elegem problemas prioritários e respectivas propostas de enfrentamento como seus objetos de atuação. O planejamento é entendido nessa proposta como uma ferramenta da gestão da vigilância em saúde e incorpora dois princípios fundamentais presentes na concepção da APS: a corresponsabilidade sanitária e a participação social.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
4. PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver processos de planejamento e programação de forma permanente e articulada entre as coordenações da APS e vigilância em saúde <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acordar agendas ou planos de trabalho que contemplem ações estratégicas voltadas a integração e a melhoria dos indicadores de saúde. ▪ Recomendar que o planejamento e a programação sejam norteadores dos processos de trabalho, da organização dos serviços e da formação de rede articulada, hierarquizada e regionalizada. ▪ Elaborar cronograma de reuniões colegiadas para discussão da gestão em saúde. ▪ Constituir rede de apoio e cooperação técnica, favorecendo o intercâmbio intermunicipal e interestadual de experiências. ▪ Utilizar as ferramentas da epidemiologia para orientar o processo de planejamento e programação utilizando os sistemas de informação em saúde. ▪ Estabelecer relações de inter setorialidade e inter institucionalidade. ▪ Recomendar a participação articulada nos processos de construção dos Planos de Saúde (Estadual/Municipal), suas Programações anuais e no Planejamento Regional Integrado / discussão do COAP (Contrato Organizativo de ação Pública) e da PGASS (Programação Geral de ações e Serviços de Saúde). Inserir o tema nas discussões da Comissão Intergestores Regional – CIR. ➤ Desenvolver esta ação deste o nível local até o estadual.

5. Participação e Controle Social

Como forma de democratizar a gestão e atender às reais necessidades da população é essencial a constituição de canais e espaços que garantam a efetiva participação da população e o controle social sobre a gestão do SUS, pressuposto fundamental para a integração entre a APS e a vigilância à saúde, pois esta pressupõe processos de planejamento participativos como já destacado na diretriz anterior.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
5. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecer e constituir canais e espaços de comunicação que garantam a efetiva participação e o controle social dos trabalhadores e da população sobre as ações de integração entre APS e vigilância em saúde: Ouvidorias, Conselhos de Saúde (estaduais, municipais e locais). ➤ “Empoderar” a população das informações de saúde – dados epidemiológicos, serviços existentes, fluxos de funcionamento dos serviços.

6. Educação Permanente em Saúde

Investimentos em mudanças do ensino das profissões de saúde, com ênfase em currículos consentâneos com as necessidades do SUS, em particular, com o ensino em situações reais de APS e vigilância em saúde são urgentes e indispensáveis. É preciso colocar na discussão das prioridades de educação permanente, junto às Comissões Interinstitucionais Ensino-Serviço, as demandas por qualificação em vigilância em saúde na APS para os profissionais que estão atuando no SUS.

Destaca-se a importância de adotar os princípios da educação permanente (EP) na formação e qualificação dos profissionais em atuação. A EP pode contribuir para resolver os problemas identificados no desenvolvimento das ações de integração entre APS e VS. Constata-se, também, a necessidade de criar mecanismos de valorização do trabalho na APS e na VS, seja por incentivos formais, seja pela cogestão, o que significa a participação dos trabalhadores no processo decisório.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
6. EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificar equipes gestoras e técnicas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incluir no curso Introdutório para as Equipes de Saúde da Família o tema Vigilância em Saúde. ▪ Incluir nas capacitações de vigilância em saúde o tema APS. ➤ Elaborar material didático sobre as práticas integradas de APS e vigilância em saúde para subsidiar os cursos de qualificação profissional. ➤ Estimular a produção científica com foco nas práticas em serviço, com publicação de artigos, monografias, entre outros. ➤ Promover mostras de experiências exitosas sobre integração entre APS e vigilância em saúde ➤ Promover mesas de discussão permanente sobre assuntos de interesse da APS e vigilância em saúde ➤ Estimular a aproximação com a academia nos processos de trabalhos da APS e vigilância em saúde <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer parceria com academia no processo de qualificação em serviço e produção científica ▪ Recomendar que as práticas nos serviços de saúde possam influenciar os processos de formação acadêmica. ▪ Qualificar população para participação e controle social. ▪ Elaborar material didático de práticas integradas de APS e vigilância em saúde de forma a estimular a participação social e a promoção da saúde nas comunidades.

7. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento pode ser entendido como o contínuo acompanhamento das atividades, de forma a avaliar se as mesmas estão sendo desenvolvidas conforme planejado. Por sua vez, analisar continuamente indicadores de morbidade e mortalidade permite detectar alterações que expressam modificações nas condições de saúde da comunidade, a identificação de suas causas e a caracterização de seus efeitos. O monitoramento e avaliação permitem a elaboração de recomendações para o aprimoramento das ações executadas. Assim, instrumentos de gestão como processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação devem ser institucionalizados como reorientadores das práticas de saúde.

Os Sistemas de Informações de Saúde desempenham papel relevante na organização dos serviços. Estados e municípios, de posse das informações em saúde, têm condições de adotar de forma ágil, medidas de controle de doenças, bem como planejar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, subsidiando a tomada de decisões.

DIRETRIZ	AÇÕES RECOMENDADAS
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Institucionalizar processo permanente de monitoramento e avaliação, definindo metodologias e instrumentos de todos os instrumentos de gestão desde o nível local até o nacional ➤ Monitorar integrada e sistematicamente indicadores pactuados no Pacto pela Saúde e ações da PAVS, utilizando instrumentos já existentes (roteiro de monitoramento da PAVS e AMQ). ➤ Recomendar que os indicadores sejam analisados, considerando a avaliação das ações desenvolvidas e resultados obtidos, para subsidiar a reorientação das práticas. ➤ Valorizar experiências exitosas. ➤ Propor avaliações externas, quando necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Teixeira, Carmem Fontes, Vilasbôas, Ana Luiza Queiroz. Doc Preliminar. Diretrizes Para A Integração Entre a APS e Vigilância em Saúde. Mimeo, Brasília. 2009.

ANEXO 6 - ESTUDO DE CASO 1

Antônio, 55 anos de idade, casado, pai de dois filhos (de 5 e 8 anos de idade), pedreiro, queixava-se de uma lesão ulcerada em asa direita nasal há 8 meses, com comprometimento da mucosa do assoalho e agora apresentava uma infecção secundária caracterizada por miíase (infecção de pele causada por larvas de moscas). Seu vizinho e colega de trabalho, Sebastião, também apresentava a mesma lesão.

Morador de zona rural, cuja área é próxima à mata, com grande infestação de mosquitos e sem esgotamento sanitário adequado, possui renda familiar complementada pela criação de galinhas e pela agricultura de pimentão.

Antônio estava também em um processo alérgico nos membros inferiores com vermelhidão e coceiras intensas, que pioravam ao final do dia, quando deixava a obra em que trabalhava na rodovia.

Envergonhado com sua aparência, Antônio procurou um Agente Comunitário de Saúde - ACS para orientação, que o aconselhou a ir a Unidade de Saúde. Ao sair do seu trabalho, Antônio imediatamente buscou ajuda na Unidade, no entanto, a mesma encontrava-se fechada devido ao encerramento do expediente.

No dia seguinte, ele acordou cedo e antes mesmo da Unidade abrir, ficou na fila aguardando para pegar senha de atendimento. Ao ser atendido na recepção, foi informado que seria necessário aguardar, pois aquele era dia de mutirão de pesagem da bolsa família. Como precisava muito de um atestado médico que abonasse seu dia perdido de trabalho, Antônio esperou 3 horas, até ser atendido pelo médico do acolhimento, que receitou uma pomada dermatológica e a retirada das larvas com uma pinça.

Após uma semana, sem a melhora da lesão, foi atendido pelo médico de sua área, que logo solicitou exame parasitológico da ferida. Com o diagnóstico em mãos, iniciou o tratamento conforme protocolo do Ministério da Saúde.

Após ler o caso, vamos refletir?

Perguntas para o debate:

- 1) Quais são os riscos e vulnerabilidades identificados no caso acima?
- 2) De acordo com o texto, o caminho percorrido pelo usuário dentro do território na resolução do seu problema foi adequado? Em caso negativo, qual deveria ser?
- 3) Quais providências devem ser tomadas pela Unidade após o diagnóstico confirmado?
- 4) Que ações de integração podem ser feitas entre a Vigilância em Saúde e a APS (ACS e ACE; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, e outros)?
- 5) De que forma no seu município, as equipes de Atenção Primária à Saúde e de Vigilância em Saúde utilizam os dados do território para planejar suas ações?

Um casal de idosos de 80 anos, residente em área rural próximo a uma carvoaria e a um aterro sanitário irregular. Coabitam com a neta desde que esta tinha 07 anos de idade, estando hoje com 23 anos e com a bisneta de 3 anos, que vem apresentando problemas respiratórios recorrentes.

A neta está grávida de 6 meses, já tendo abortado na 29ª semana há 1 ano, não trabalha, não estuda e é usuária de drogas. O casal sempre dedicou profundo amor a neta, porém ela passou a ter comportamento agressivo com todos. O idoso tem obesidade grau I, se locomove com dificuldade o que impacta na dependência para realização de atividades de vida diárias, como tomar banho, fazer a barba e outros. A idosa, que já fez uma cirurgia para retirada de um nódulo no seio, é quem realiza a maioria dos afazeres domésticos, já que a neta não ajuda muito e ainda deixa a bisneta com ela, sumindo por horas. A neta vendeu parte da mobília e deixa o casal sem alimentação.

O casal refere para a vizinhança que está cansado de sofrer agressões físicas e psicológicas provocadas pela neta. Há 1 semana o vizinho socorreu o idoso e o levou ao Pronto Atendimento do Município, pois queixava-se de fortes dores na região torácica devido a uma lesão decorrente de uma queda.

O casal reside em zona rural e pela dificuldade de locomoção não tem comparecido à Unidade de Saúde e está há mais de 5 meses, sem receber a visita do agente comunitário de saúde; somente o agente de endemias realiza as visitas de rotina.

Passo 2 – Após ler o caso, vamos refletir?

Perguntas para o debate:

1. Quais são as doenças e agravos de saúde que o caso apresenta?
2. Para as doenças e agravos identificados no texto o que compete à Atenção Primária?
3. Quais os protocolos/linhas de cuidado assistenciais disponíveis aos usuários identificados no texto?
4. Que ações deverão ser desencadeadas junto à Vigilância em Saúde? Que fazer imediatamente?
5. A saúde pode resolver sozinha? Quais os serviços existentes no município/território que dão suporte a rede de cuidados intrasetorial e intersetorial?
6. Como vocês conduziriam casos semelhantes a esse, se chegassem para atendimento na sua unidade? Considerem na sua resposta as possibilidades, levando também em consideração a rede de cuidados intrasetorial e intersetorial.